



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

LÍVIA LAENNY VIEIRA PEREIRA DE MEDEIROS

Escala de Crenças acerca da Violência Sexual (versão reduzida):

Evidências de Validade e Precisão

JOÃO PESSOA

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Escala de Crenças acerca da Violência Sexual (versão reduzida):
Evidências de Validade e Precisão

Lívia Laenny Vieira Pereira de Medeiros

Mestranda

Carlos Eduardo Pimentel

Orientador

JOÃO PESSOA
2022

Lívia Laenny Vieira Pereira de Medeiros

**Escala de Crenças acerca da Violência Sexual (versão reduzida):
Evidências de Validade e Precisão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo Pimentel.

JOÃO PESSOA –PB

Março/2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M488e Medeiros, Livia Laenny Vieira Pereira de.

 Escala de crenças acerca da violência sexual (versão reduzida): evidências de validade e precisão / Livia Laenny Vieira Pereira de Medeiros. - João Pessoa, 2022. 73 f.

 Orientação: Carlos Eduardo Pimentel.
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

 1. Psicologia social. 2. Violência sexual - Escala de crenças. 3. Análise fatorial. I. Pimentel, Carlos Eduardo. II. Título.

UFPB/BC

CDU 316.6(043)

Lívia Laenny Vieira Pereira de Medeiros

Escala de Crenças acerca da Violência Sexual (versão reduzida):

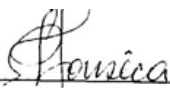
Evidências de Validade e Precisão

BANCA AVALIADORA



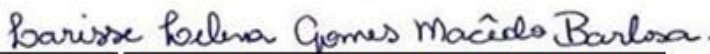
Prof. Dr. CARLOS EDUARDO PIMENTEL

**Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações
pela Universidade de Brasília
Orientador (PPGPS/UFPB)**



Prof.^(a) Dr.^(a) PATRICIA NUNES DA FONSECA

**Doutorado em Psicologia Social
pela Universidade Federal da Paraíba
Membro Interno (PPGPS/UFPB)**



Prof.^(a) Dr.^(a) LARISSA HELENA G MACEDO BARBOSA

**Doutorado em Psicologia Social
pela Universidade Federal da Paraíba.
Membro externo (Faculdade Integrada de Patos).**

**“Porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas.
A Ele seja a glória para sempre! Amém”**

(Romanos 11:36 - Bíblia Sagrada)

Agradecimentos

Agradeço a Deus, por tudo que permite concretizar.

À Santa Rita de Cássia, por sempre ser meu amparo.

Agradeço aos meus pais Rômulo e Betânia, por todo seu incentivo e por compreenderem meu desejo de dar continuidade à vida acadêmica com o mestrado.

À minha irmã amada, por toda cumplicidade e carinho em madrugadas insones nas leituras da dissertação.

Théo, obrigada por seu afeto constante e por estar sempre comigo, te amo infinitamente.

À minha madrinha, por todo incentivo, por ser uma pessoa presente em minha vida e me lembrar que a felicidade é uma escolha diária.

À minha avó Maria Nazarete, por todo seu amor e por tudo que sou.

À minha família que me amparou na minha internação, e ao meu clã familiar – que foi contagiado conjuntamente pela COVID-19, situação na qual precisei dos devidos cuidados para tratar das sequelas correlatas ao vírus – sendo sempre foram muito solícitos, fortalecendo e nutrindo nossa lealdade e amor familiar.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Eduardo Pimentel, por possibilitar que essa pesquisa fosse realizada.

Ao Prof. Balduino Guedes Fernandes da Cunha, pelo acolhimento no Estágio-Docência na turma de “Introdução à Psicologia” logo no início da pandemia. Apreendemos em conjunto como usar as ferramentas tecnológicas no ensino remoto, orientadas para a transformação social, tendo como fulcro a educação.

Ao Laboratório de Psicologia da Mídia (LPM), pelos ensinamentos e compartilhamentos nas reuniões.

Em especial, agradeço à Tamyres Tomaz de Paiva que sempre esteve comigo durante a pesquisa e que tanto me ensina na vida acadêmica e fora dela. Muito obrigada! Vibramos juntas por nossas conquistas e realizações!

Ao Laboratório de Psicologia da Mídia (LPM), pelos ensinamentos e compartilhamentos nas reuniões.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS), pelo empenho no período das disciplinas, assim que a pandemia surgiu, para nós discentes termos a mesma qualidade de ensino.

A todas e a todos os participantes da minha pesquisa que tornaram possível a realização de todos os estudos propostos.

A todos os professores e professoras que possibilitaram a realização dos estudos da dissertação, divulgando-os em suas aulas ou permitindo que eu realizasse a aplicação dos instrumentos no formato que gosto muito: lápis e papel.

Às Professoras Patrícia Nunes da Fonsêca e Larisse Helena Gomes Macêdo Barbosa por admiração profissional e por terem aceitado fazer parte da minha banca.

Agradeço ao CNPq pela bolsa concedida, que tornou possível a realização dessa pesquisa.

Sumário

Resumo	11
Abstract	12
Introdução	13
Marco teórico	14
O papel das crenças, mitos e estereótipos	18
Dados de notificações no Brasil	20
A mudança de pesquisas na literatura dos crimes sexuais	21
Justificativa	22
Tipos de violência.....	25
Indicadores de violência e dados	26
Meninas, adolescentes e violência.....	28
Compreendendo a vitimização de mulheres e meninas	29
Referencial teórico.....	29
Estudo 1: Validade fatorial exploratória da Versão Curta da Escala de Crenças sobre Violência Sexual	35
Participantes.....	35
Instrumento	35
Procedimentos	36
Análise de Dados	37
Discussão parcial.....	39
Estudo 2: Análise Fatorial Confirmatória da Escala de Crenças sobre Violência Sexual	40
Participantes.....	40
Instrumento	40
Análise de Dados	41
Discussão parcial.....	42
Método	44
Participantes.....	44
Instrumentos	45

Procedimentos	46
Análise de Dados	47
Referências	52
Anexos.....	61

Resumo

Esta dissertação teve como objetivo investigar o fenômeno das crenças acerca da violência sexual contra a mulher. Especificamente, busca-se apresentar evidências de validade e precisão da Escala de Crenças sobre a Violência Sexual (ECVS). Para tanto, foram realizados três estudos. O Estudo 1 (N = 231) objetivou realizar a análise fatorial exploratória da versão curta da ECVS. Através da fatoração dos eixos principais foi observada uma estrutura unifatorial com os quinze itens (eigenvalue = 3,43; variância explicada = 23%), que apresentou confiabilidade adequada ($\alpha = 0,81$). O Estudo 2 (N = 231), buscou realizar a análise fatorial confirmatória do instrumento. Os índices de adequação do modelo corroboraram a validade da versão de 15 itens ($\chi^2/df = 1,21$; GFI = 0,91; CFI = 0,96; TLI = 0,96; RMSEA = 0,03 [IC 90% 0,01 — 0,05]). Finalmente, o Estudo 3 (N = 240) analisou as correlações entre as crenças sobre violência sexual e outras variáveis de interesse. Foram observadas relações positivas com os quatro fatores da Escala de Aceitação dos Mitos do Estupro (responsabilização da mulher, minimização da gravidade, desculpa feminina e instinto masculino), demonstrando a validade convergente do instrumento. Além disso, as crenças sobre violência sexual se correlacionaram positivamente com a agressão física, a raiva e o traço de personalidade conscienciosidade e negativamente com a abertura à experiência.

Palavras-chave: Escala de Crenças sobre a Violência Sexual, validade, precisão.

Abstract

This dissertation aimed to investigate the phenomenon of beliefs about sexual violence against women. Specifically, it seeks to present validity and reliability evidences of the Beliefs about Sexual Violence Scale (BSVS). Therefore, three studies were carried out. Study 1 (N = 231) aimed to carry out the exploratory factor analysis of the BSVS short version. Through principal axis factoring, an unifactorial organization was observed with the fifteen items (eigenvalue = 3.43; explained variance = 23%), which showed adequate reliability ($\alpha = 0.81$). Study 2 (N = 231) sought to carry out the confirmatory factor analysis of the instrument. The model fit indices supported the validity of the 15-item version ($\chi^2/df = 1.21$; GFI = 0.91; CFI = 0.96; TLI = 0.96; RMSEA = 0.03 | 90% CI 0.01 — 0.05). Finally, Study 3 (N = 240) analyzed the correlations between beliefs about sexual violence and other variables of interest. Positive relationships were observed with the four factors of the Acceptance of Rape Myths Scale (woman's accountability minimization of severity; female excuses and male instinct), demonstrating the convergent validity of the instrument. Furthermore, beliefs about sexual violence were positively correlated with physical aggression, anger and the conscientiousness personality trait and negatively with openness.

Keywords: Sexual Violence Beliefs Scale, validity, reliability.

Introdução

A violência não se constitui como um problema recente. A história humana aponta que é prática comum desde o tempo mais antigo em todas as classes sociais e culturais, pois faz parte de um processo civilizatório estruturante da sociedade (Pasinato 2011; Chakian, 2020). A violência sexual passou a ser um tema presente no contexto social com o advento do movimento feminista. Os anos de 1980 impulsionaram a temática emergente das desigualdades perpassadas na temática “gênero e violência” entre homens e mulheres. Walker (1994) aponta que a mulher sempre esteve em desvalia perante os homens, assumindo um estatuto de subordinação e subserviência.

Em contexto global, o Brasil é considerado um dos piores países da América Latina quando são tomados em conta os índices de violência contra a mulher (Amnesty International, 2017). As primeiras pesquisas que versavam sobre essa temática tiveram como enfoque a violência intrafamiliar (entre cônjuges), recebendo a denominação de violência entre parceiros íntimos (Dutton, 2006). Contudo, a violência ocorre nas relações conjugais e não conjugais (como por exemplo: nas relações de namoro). A violência contra a mulher pode ocorrer em diferentes modalidades, a exemplo da violência: psicológica, física, moral, patrimonial e sexual (WHO, 2020). Porém, nosso estudo é especificamente o fenômeno da violência sexual.

A violência sexual assola mulheres e meninas e de acordo com mudanças culturais e de normas sociais, ainda se constata um alto índice desta conduta delituosa, haja vista os números de violações serem crescentes (Cerqueira & Coelho, 2014). Desse modo, o problema de pesquisa é pautado em analisar o fenômeno da violência contra a mulher, sob a perspectiva teórica das crenças acerca do comportamento sexual violento. Nessa tessitura, adotamos como aporte teórico o Modelo Geral da Agressão (*General AggressionModel* [GAM]; Andersom

& Bushmann, 2002), que mostra a influência das crenças estereotipadas ou falsos construtos da violência. A literatura aponta que as crenças acerca da violência sexual exercem influência na tolerância ou mesmo na aceitação de comportamentos violentos. Esse trabalho tem como objetivo estudar quais são as crenças que correspondem às percepções a respeito da mulher vítima de violência sexual.

Marco teórico

Uma multiplicidade de conceitos é apresentada na literatura jurídica, sociológica e psicológica que definem a violência sexual, tendo como objetivo comum à tutela da dignidade sexual. A Organização Mundial de Saúde (OMS) abarcou a multietnicidade do conceito de violência sexual conforme as normas culturais de cada país. Em razão disso, optou-se aqui pela adoção daquele formulado pela OMS por tratar-se de um organismo internacional que conta com 147 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), e tem por objetivo promover o acesso à saúde de qualidade a todos os povos do mundo (cabe lembrar que países do Oriente não são signatários da ONU em virtude de seus preceitos religiosos e culturais).

A violência sexual é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como qualquer comportamento indesejado ou tentativa de consumir o ato sexual. Além disso, comercializar intimidades ou obter outros tipos de vantagem por meio da coerção pode ser caracterizado como violência sexual. A OMS (2018) definiu que a coerção pode ocorrer de diversos modos e por meio do uso de diferentes níveis de força, intimidação psicológica, extorsão e ameaças. Do mesmo modo, pode haver violência sexual se a pessoa não estiver em condições de dar seu consentimento, seja esse consentimento expresso ou quando a vítima se encontra impedida de responder ou dá seu consentimento, quando se encontrar sob efeito do álcool e outras drogas,

dormindo ou mentalmente incapacitada, entre outros. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) o comportamento sexual violento por meio da coerção pode ocorrer de diversas formas: por meio do uso de diferentes graus de força, intimidação psicológica, extorsão e ameaças. É consenso na literatura o conceito de conduta não consentida coercitiva contra sexualidade de outrem (Caridade & Machado, 2008, Tavares, 2020).

Esse tipo de violência pode ocorrer nos lares e no local de trabalho, dentre outros. Em síntese, a violência sexual pode ser definida como qualquer ato ou contato sexual onde a vítima é usada para a gratificação sexual de seu agressor sem seu consentimento, por meio do “uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça” (Souza, Adesse, 2005), ou aproveitamento da vulnerabilidade.

Martins (2012) considera violência sexual condutas forçadas, a exemplo de: toque indesejado; sexo sem consentimento (seja na relação com parceiros íntimos, seja em relações de namoro ou matrimônio, ou ainda, independentemente da relação prévia entre a vítima e o agressor); sexo através de chantagem, ameaça, violência psicológica e atividade de tráfico humano de mulheres para fins de exploração sexual e prostituição; mutilação do órgão genital feminino; e negação ao acesso de informações e estratégias de prevenção a gravidezes indesejadas. A manipulação sexual e o *stealthing* (em tradução livre, “furtivo”, prática que consiste na retirada do preservativo sem o consentimento do parceiro) configuram-se todas como violência sexual (OMS, 2021).

A violência contra as mulheres é endêmica em todos os países e culturas (Scarpati & Pina, 2017) causando danos a milhões de mulheres e meninas (OMS, 2018). Pesquisas realizadas acerca do número de casos da violência sexual em contexto nacional são incipientes, com muitos casos subnotificados (Reis 2001, Adesse & Souza, 2005, Campos & Schor, 2008). Um pequeno percentual chega à esfera pública, o que dificulta as pesquisas e revisões de

literatura acerca do número de vítimas que perpassam por violência sexual e em quais contextos são circunscritos esses crimes, ocorrendo subnotificação em grande parte dos casos (Cerqueira & Coelho, 2014).

Denota-se que diversos fatores multidimensionais (socioculturais, atitudes e comportamentos) atuam para tornar as mulheres vítimas de violência sexual em razão de sua condição de gênero feminino e quando há menosprezo ou discriminação à condição de mulher (Chakian, 2020). Estima-se que, globalmente, 35% das mulheres no mundo sofreram violência física e/ou sexual (Nações Unidas, 2015). Os crimes do tipo violência sexual aumentaram nos últimos anos, apesar dos esforços das autoridades. Nos Estados Unidos da América (EUA) houve um aumento de 25% nos casos notificados de crimes sexuais entre 2005 e 2007 (Truman & Rand, 2010). Segundo dados do Ministério da Saúde, uma em cada três mulheres ou meninas sofre violência no mundo sexual por fatores multinacionais (WHO, 2021)

A violência sexual abarca estupro, abuso sexual, pornografia, a exploração sexual e demais condutas libidinosas. Adotamos a definição dada pelo Modelo Geral da Agressão, pois esse modelo conceitua teoricamente o que é a violência e o que é a agressão. Para Anderson e Bushman (2002), Waburton e Anderson (2015), a violência é uma forma de agressão, pois é o nível mais extremo da agressão, por isso, para configurar violência é necessário que seja inicialmente intencionalidade que cause um dano capaz de exigir atenção médica e terapêutica, sendo este o tipo mais danoso à saúde da pessoa, visto que a conduta praticada gera dano à vítima, danos físicos e emocionais profundos. Os estudos da violência doméstica levados a cabo por Waburton e Anderson (2015) consideraram a violência psicológica causa de danos à saúde física e mental envolvendo o aspecto emocional.

Estudos sobre violências normativas e não-normativas

Estudos anteriores realizados por Koss et al. (1988) confirmaram a influência de cenários e sugerem que uma maneira de melhor compreender essa categoria de violência é organizá-la em dois grandes grupos: o estupro não normativo (não condenado) e o estupro normativo (condenado). O primeiro cenário representa aquelas situações em que as normas sociais desaprovam vigorosamente o comportamento do perpetrador, ou seja, normas que recriminam e preveem que a vítima perpassou por aquela violência sexual. Portanto, o crime será condenado publicamente e a ação do agressor para com vítima será considerado perverso, imoral e ilegal. Nesse cenário, os perpetradores provavelmente serão punidos tanto pela violação à vontade da vítima, quanto pela violação das normas da sociedade.

Estupro não normativo *condenável* ocorre, por exemplo, em situações de elevado consumo de bebidas alcoólicas (Andrade et al., 2010), não raro sendo o agressor sexual uma pessoa com a qual a vítima tem proximidade, o que leva em muitos casos a própria vítima a ter dúvidas se sofreu uma violação sexual, por não ir de encontro com as características do estupro normativo. Estudo realizado por Abbey et al. (2004) aponta para o consumo de álcool pela vítima e/ou pelo perpetrador como um facilitador da ocorrência de violência sexual. Há evidências de que a maioria dos casos em que houve conjunção carnal ocorreu em momento que a vítima estava em vulnerabilidade, como por exemplo a vítima estar alcoolizada e não lembra com lucidez como ocorreu os fatos anteriores a violência sexual, pode atuar como um fator de condenação ou culpabilização por ela ter perpassado por uma violência, motivado por sua embriaguez, ficando por vezes com medo e não levando o caso a diante com as autoridades competentes, ocorrendo casos de subnotificação da violência sexual.

Em outro estudo, Freese et al. (2004) realizaram um experimento com três cenários de violência sexual: o primeiro em contexto de matrimônio, o segundo contexto de namoro e o

terceiro em um contexto envolvendo um estranho. Os resultados revelaram que as pessoas eram menos propensas a reconhecer o crime ou a prestar informações à vítima para que procurasse a polícia quando os cenários eram de estupro marital e de namoro, em comparação ao cenário de estupro por alguém desconhecido, sendo este último o mais provável de ser relatado. A minimização da gravidade do sofrimento desvela que o cenário estereotipado da violência sexual é como algo incutido de crenças acerca do fenômeno, em como ocorre à violência sexual e as questões acerca da vítima e dos agressores. São encontrados poucos estudos na literatura sobre as vítimas, os atendimentos médicos ou mesmo judiciais.

O papel das crenças, mitos e estereótipos

O papel das crenças falsas ou estereotipadas obstaculizam a visualização das mulheres que perpassam por violência sexual (Scarpatti, 2013). A normalização das crenças acerca da violação está impregnada na cultura de masculinidade em estudo realizado por Scarpatti (2018) que reforçam a culpa feminina (Martins, 2012), fazendo com que as mulheres possam passar por violências em situações nas quais a vítima considere que ela não se sucedeu (Caridade & Machado, 2013), quando tomado em conta o cenário não típico de violência. Nesse cenário, o perpetrador é um estranho que comete o crime, deixando a vítima com marcas, manchas e hematomas (caracterizando uma violência mais severa e traumática do ponto de vista social, esse cenário constitui uma real violação sexual).

Vários estudos da literatura apontam a distinção entre os cenários como pesquisa acerca da violência em uma violação conjugal ou no namoro. E por um estranho é elencado como mais sério e traumatizante (Monson, et al., 2000). De acordo com os estudos, as mulheres tendem a atribuir a figura da vítima quando perpetrado por um estranho, do que quando eles conhecem o

perpetrador ou mesmo possuem uma relação matrimonial (Langhinrichsen-Rohling & Monson, 1998, Mc Donald, 2000) ou de namoro. Nesse espectro, deflagram-se aspectos da invisibilidade às violências perpassadas por parceiros íntimos (Latierre, 2008), em decorrência do cenário estereotipado de uma vítima gravemente ferida, abandonada por um monstro "estuprador". Esse cenário pode fazer com que as vítimas de violência que ocorra em outro modo – como entre parceiros íntimos – possam não reconhecer que foram vítimas dessa violência. Scarpati (2018) pontua também que aspectos culturais fazem com que haja transferência da responsabilização da violência sofrida do agressor para a vítima. Um estudo investigou que as mulheres tendem a ver a violência sexual como algo mais grave que os homens (Bell et al.,1994; Monson et al.,1996). Esse fator ocorre em decorrência de, na maioria dos casos de violência sexual, a vítima ser do sexo feminino, refletindo em uma maior preocupação por parte dessa minoria da sua própria condição de gênero.

A violência de gênero é hiperendêmica no Brasil (FBSP,2021). Campos e Schor (2008) aponta que, em cerca de 75% dos casos notificados, as vítimas são do sexo feminino. Pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública visibiliza que, de 2017 a 2021, as mulheres sofreram mais violência dentro da própria casa, e os autores de violência não foram pessoas conhecidas da vítima. A cada minuto, 25 brasileiras sofrem violência doméstica. De acordo com a pesquisa, 18% das mulheres agredidas por homens convivem com o agressor. Para 75% das entrevistadas, o medo leva a mulher a não denunciar. O estudo demonstrou, no entanto, que 100% das vítimas agredidas por namorados e 79% das agredidas por maridos terminaram a relação.

Para realização da pesquisa, Campos e Schor (2008) foi perguntado se o agressor era pessoa *identificável* pela vítima, foi retirado o termo “conhecido”, por dar a falsa noção de ser

alguém íntimo da vítima, foi substituído por “identificável”, e o termo “desconhecido” como aquele que jamais viu na vítima. Cerca de 86,7 % dos agressores são pessoas “identificáveis” da vítima: amigo, padrasto, vizinho, em relacionamentos conjugais, namoro ou mesmo de agressores “conhecidos”. Dados da pesquisa apontam que uma minoria são autores “desconhecidos”, pessoas com quem a vítima não teve qualquer contato prévio (Campos, 2013, Reis, 2001, Winzer, 2016).

A maioria das violências ocorreu em âmbito doméstico e com alguém próximo da vítima. Dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020* apontam que em 84,1% dos casos o autor era conhecido das vítimas meninas e adolescentes. Campos & Schor (2008) afirma que “as estatísticas derrubam o mito predominante no universo simbólico em geral, de que os agressores são desconhecidos”. Entretanto, a despeito dos números derivarem de estudos e pesquisas no qual o parceiro íntimo é perpetrador “*identificável*”, eles não fornecem dados qualitativos sobre as diferenças entre agressão perpetrada por parceiros, ex-parceiros ou por desconhecidos (D'Abreu et al., 2013, Winzer, 2016).

Entretanto, mesmo tendo um grande percentual de vítimas que são perpetradas por pessoas identificáveis, um percentual de 6% das mulheres relatam ter sido vítimas de violência sexual em algum momento da vida. Dados os altos níveis de violência sexual, juntamente com crenças falsas com desvalia sobre jovens e mulheres, configura-se a subnotificação de violência sexual, do número real, que provavelmente é significativamente mais alto (OMS, 2020).

Dados de notificações no Brasil

Ainda se faz necessário compreender melhor o fenômeno da violência contra mulheres e meninas, visto o fator de gênero ser visto como uma variável de análise. Foram encontrados poucos estudos a respeito das notificações de casos. Três pesquisas realizadas por Campos & Schor (2008), Souza (2005) e Cerqueira et al. (2017) indicam que apenas 10% dos casos de violência sexual são notificados pelas autoridades competentes. Esse percentual de denúncias de casos notificados denota alto índice de violência sexual perpetrada, como grande maioria da parcela que sofre perpetração das vítimas que denunciam a violência perpetrada e que, desse pequeno percentual, apenas 22% passaram por perícia forense para confirmação da violência. Desse percentual, pouquíssimos casos chegam às autoridades competentes. Esse fator, de acordo com (Martins, 2012), possui correlação com o estereótipo da vítima, como as características que esse fato ocorreu: como e em qual local vítima estava, das circunstâncias que a violência ocorreu, da vestimenta que a vítima utilizava no momento do crime. Essas perguntas estão prementes em crenças acerca da violência sexual, como se de alguma forma “de algum modo ela provocou essa situação de violência” (Scarpatti, 2013) ou mesmo que a violência só ocorreu devido à vítima estar alcoolizada, dentre outras falsas crenças de que a mulher é responsabilizada pela violência perpetrada, ocorrendo uma revitimização da vítima pela violência sofrida.

A mudança de pesquisas na literatura dos crimes sexuais

O conceito de violência é mutante, pois, sofre a influência de épocas, locais, circunstâncias e realidades muito diferentes. E, como assinala Cassique (2006), existem violências toleradas e violências condenadas. No próprio curso das pesquisas, observou-se que a concepção predominante ocorria uma violência sexual com um agressor estranho, do gênero masculino, com força física, desconhecido da vítima e que a violência ocorreria em lugar ermo

e sombrio, tarde da noite, em um local de difícil acesso. No cenário estereotipado descrito, começou a ser investigada por Burt (1980) a influência dos mitos do estupro e seu nível de concordância, isto é, crenças falsas e estereótipos entre quem se figurava a pessoa da vítima e o agressor, nos estudos internacionais (Burt, 1980; Caridade 2013; Koss, 1992; Martins 2012). Embora as primeiras pesquisas no território nacional sejam datadas da década de 1990, o fenômeno da violência sexual sempre se fez presente, embora as pesquisas realizadas em âmbito nacional sejam novas. (Campos & Schor, 2008; Reis, 2001; Saffioti, 1995, Scarpatti et al., 2013, Scarpatti & Pina 2017).

Os crimes sexuais têm sido mais estudados de modo recente na literatura científica com pesquisadores analisando o impacto da violência e das múltiplas variáveis psicossociais, sendo caracterizados como uma questão de saúde pública. Historicamente, as mulheres pertencem a um grupo minoritário e com crenças negativas (Lima-Nunes, Pereira & Correia, 2013) em que a vítima é responsabilizada pelo próprio infortúnio, principalmente quando o grupo dominante é o exogrupo. A desigualdade assimétrica de gênero é evidenciada a partir de modelos tradicionais fundados nos estereótipos da força e do poder masculino versus a submissão e docilidade feminina (Cerqueira, et al., 2014; Pasinato 2011). Desse modo, o objetivo principal deste trabalho foi analisar indicadores de tolerância e aceitação da violência sexual por meio da adaptação para o contexto brasileiro da escala desenvolvida por Martins (2012) em Portugal: “Escala de Crenças acerca da Violência Sexual contra a Mulher”. Tal objetivo foi precedido por uma revisão da literatura sobre crenças relacionadas à violência sexual para uma melhor contextualização do fenômeno a ser estudado.

Justificativa

A maioria das pesquisas sobre violência sexual até agora negligenciou estudar os efeitos de crenças na perpetração sexual de violência sexual, com os autores dedicando-se a uma abordagem individualista deste fenômeno que perpassa o tecido social, sem agregar, contudo, demais variáveis estruturais imbricadas no comportamento sexual agressivo, a exemplo da cultura, dos valores e das normas sociais. Parte-se das abordagens mais individuais (teorias intraindividuais), culminando numa perspectiva mais abrangente que procura a contextualização cultural do fenômeno violência e as suas significações da violência dentro das relações íntimas (Malamuth, 1984, Scarpati & Pina 2017). Contudo, dados demonstram que o estudo do fenômeno da violência sexual se perpassa ao longo das gerações (Cerqueira, 2014; Pasinato, 2011).

A despeito das abordagens individualistas trazerem contributos à análise da violência sexual, frequentemente não salientam o quão ela está “embutida” na cultura (Malamuth, 1984), nas atitudes, nos comportamentos e nas normas sociais. Seguem os exemplos: a vitimização da vítima de violência sexual, da cultura de hipermasculinidade, com fucro machista (Scarpati & Pina 2017), que diminui as vontades e desejos femininas, estereótipos de violência sexual (como por exemplo: "que a violência sexual é o instinto masculino do homem, ou crenças falsas a respeito da violência como por exemplo: algumas mulheres sentem prazeres em serem violentadas no ato sexual").

Como resultado, não exploram as motivações, as causas e consequências do sexo não consentido pelo agressor sexual de violência (Martins, 2012). Por conseguinte, o objetivo principal desta revisão foi suprir essa lacuna, enfocando a conexão de variáveis socioculturais com o fenômeno da violência sexual. A maioria dos dados brasileiros é oriunda de órgãos oficiais de pesquisas de enfrentamento à violência contra mulher (Campos & Shor, 2008 Cerqueira et al., 2014).

A influência de normas sociais, cultura de hipermasculinidade e agressão sexual, abarcados pelo fenômeno da violência sexual, emergem das relações que se decorrem no tecido social e do número de casos de subnotificações e suas motivações, um fenômeno complexo (Campos & Schor, 2008, Scarpati et al., 2020). Pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre atitudes ou percepção de vítimas de estupro denotam a importância de olhar para o fenômeno em sua concretude sobre as crenças que assolam a violência sexual, como pesquisa com vítimas de estupro, mitos dos estupros, percepção de vítimas de estupro (Scarpati, et al., 2013, Silva, et al., 2020, Silva, et al., 2021).

A Escala de Machismo Sexual desenvolvida por Rodríguez et al. (2010), inicialmente, foi analisada por Barbosa (2017) em seus estudos, mas foi validada para a cultura brasileira por Silva et al. (2020), em que se analisou e testou a estrutura fatorial dessa medida. Esta medida avalia o machismo frente a vítimas de estupro, isso indica dizer que se uma mulher não for mais virgem, mesmo sofrendo violência sexual, ela não deve se queixar nem denunciar o seu parceiro. Outra medida é a Escala de Percepção de Vítimas de Estupro, que foi desenvolvida por Cowan, et al. (1997), validada no contexto brasileiro por Silva et al. (2021). Essa medida avalia a responsabilização da vítima do gênero feminino e avalia também como o estupro é causado pelo uso de álcool ou drogas por parte das mulheres.

Entretanto, é necessário verificar a influência de condutas que antecedem comportamento sexual violento ou mesmo como as crenças podem contribuir para a aceitação ou tolerar esse comportamento, bem como a melhor forma de compreendê-la (Puri, et al., 2011), como por exemplo a falsa crença de que a violência sexual se decorre do instinto masculino irreprímível (Burt, 1980).

Além disso, a maioria dos estudos sobre violência sexual vem de países ocidentais e de países desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos da América. Os estudos sobre os fatores

de risco de agressão sexual em outras partes do mundo são menos frequentes em virtude de nem todas as culturas terem os mesmo valores e normas sociais (Scarpatti & Pina, 2017).

Em países da América Latina, a exemplo do Brasil, foram encontradas apenas duas pesquisas na revisão da literatura cobrindo o tópico perpetração de agressão sexual, entre universitários. Foi realizada uma revisão bibliográfica nas seguintes bases: Scielo, PubMed, PsycINFO. Como método, foi pesquisado violência sexual com estudantes universitários, sendo encontradas duas pesquisas, Chan, Straus, Brownridge, Tiwari e Leung (2008) e D'abreu e Krahé (2014). O primeiro estudo revelou uma taxa de 38,5% das alunas e 34,5% dos alunos que já haviam sofrido alguma forma de vitimização sexual (Chan et al., 2008). O segundo estudo mostrou que 39,5% de estudantes do sexo feminino e 29,7% do sexo masculino revelaram terem sido vítimas de coerção sexual verbal no ano anterior, e que 1,3% das mulheres e 1,4% dos homens tinham sido vítimas de coerção sexual física (Krahé et. al., 2014).

No que tange ao comportamento sexual violento, existem variações culturais não só em relação à periodicidade com que esse tipo de violência é cometida, mas também em termos de eventos que estão envolvidos no desencadear de novos episódios. É possível ainda observar diferenças em relação ao que cada cultura considera ser uma resposta adequada a esses eventos, com punibilidade ou mesmo como algo comum e de responsabilização feminina. Ambos os estudos apresentam elevados índices de coação sexual ou física, bem como relatam que em algum momento da vida já perpassaram por essa violência.

Tipos de violência

Nesta esteira, a legislação brasileira tipifica diversas formas de violência: violência psicológica (ameaças, constrangimentos, humilhações, manipulações); física (espancamentos, lançamentos de objetos, lesões com objetos cortantes ou perfuro cortantes, ferimentos com arma

de fogo, torturas); violência patrimonial (controlar o dinheiro, deixar de realizar o pagamento da pensão alimentícia, furtos, extorsões, danos, privações de bens); violência moral (expor a vida da vítima, fazer críticas mentirosas, rebaixar a mulher por meio de xingamentos que incidam sobre sua índole); violência sexual (estupros, obrigar a mulher atos sexuais sem seu consentimento, de modo que causem desconforto ou repulsa, impedir o uso de métodos contraceptivos, como o anticoncepcional ou preservativo) (Passos, et. al.,2018).

Cabe também observar a distinção entre atos sexualmente violentos e aqueles que não empregam necessariamente a violência explícita, a exemplo de toques íntimos (beijar, tocar, apalpar) não consentidos ou não desejados ou de ser forçada a tocar nos órgãos genitais de outra pessoa. A consumação ou tentativa de violência sexual se enquadra nos crimes sexuais (Cerqueira, 2014).

A questão da violência sexual tem sido objeto de várias pesquisas nacionais, em território nacional, na forma de dissertações e teses, nos últimos 10 anos: “Mitos do estupro” (Scarpatti, 2013); “SlutShaming e PornRevenge: vivências de mulheres jovens e as repercussões para a saúde mental” (Sousa, 2016); “Atitudes frente às vítimas de estupro: o papel de variáveis socioculturais e sociopsicológicas” (Barbosa, 2017); “Culpabilização de mulheres vítimas de estupro” (Farias, 2019); “O efeito da crença no mundo justo, da vitimização secundária e do sexismo societal no apoio à violência contra a mulher” (Tavares, 2020).

Indicadores de violência e dados

A maioria das violências contra as mulheres ocorrem dentro do âmbito privado (doméstico) e dentro das relações íntimas, razão pela qual são subnotificadas ou consideradas invisíveis (Schraiber, D'Oliveira & Couto, 2006). Estudos realizados em âmbito nacional e

também figurantes no Atlas da Violência (2018) demonstram que, entre 2011 e 2016, houve um crescimento das notificações de casos de violência em geral e de casos de estupro da ordem de 155,1% e 90,2%, respectivamente, de acordo com Cerqueira et al. (2014). Os estudos atribuem esse fenômeno ao aumento, com a maior publicidade do que consiste a violência sexual, em outras relações não conjugais, a exemplo das relações de namoro ou mesmo quando jovens universitários estão se conhecendo ou são da mesma universidade. Pesquisas nacionais e internacionais apontam que o sexo feminino é o mais afetado, representando mais de 80% das vítimas de violência sexual (Campos, 2013, Reis, 2001). No Brasil, entre os anos de 2011 e 2018, foram notificados 1.282.045 de casos de violência contra mulheres (Atlas da violência, 2021).

O Atlas da Violência passou a incluir meninas desde 2018, visto que a violência perpassa todas as faixas etárias do gênero feminino, dado o índice de violência sexual na infância decorrente de abuso intrafamiliar, majoritariamente realizada por conhecido da vítima (Martins, 2010), quer por meio de ameaças, chantagens ou medos. Há um grande percentual de violência sexual em crianças do sexo feminino, em detrimento do sexo masculino. As pesquisas apontam que 75% são crianças do sexo feminino, e que 85% dos casos são perpetradas por homens (Campos, 2008; Reis, 2001). Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020) apontam que a diminuição do horário das delegacias durante a pandemia nos anos de 2019 a 2021 contribuiu para o menor número de notificação de casos. Em outros países segundo a ONU Mulheres (2020), países como Canadá, Alemanha, Espanha, Reino Unido, Estados Unidos e França relataram aumento de casos de violência durante os primeiros meses da crise do coronavírus. No Brasil, a primeira hipótese era do menor número de casos, mas a segunda hipótese, mais coerente com a realidade, era o pouco acesso às delegacias em horário reduzido e o desencorajamento da população de sair em virtude das medidas de segurança. Desse modo, não significa

que a violência tenha diminuído nesse período da pandemia, “A violência contra as mulheres é saliente em todos os países e culturas, causando danos a milhões de mulheres e suas famílias, em nota técnica da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020). Ao contrário da COVID-19, a violência contra as mulheres não consegue ser interrompida com uma vacina, pois ainda não temos um antígeno para esse transtorno cultural.

Meninas, adolescentes e violência

O abuso sexual é a terminologia utilizada para violência sexual de crianças e adolescentes vítimas de violência, visto que nos casos notificados, o quantitativo de vítimas, independentemente da classe social, traz como características a coação e chantagem de menores (que podem temer o agressor). De acordo com Saffioti (1997), a predileção por crianças é uma afirmação do abuso infantil, enquanto poder, visto que a criança pode temer a autoridade do agressor e não relatar o ocorrido por medo, negação e vergonha, refutando assim mito do instinto masculino por uma pulsão sexual irreprimível. O Fórum Brasileiro de Segurança (2021) 1 em cada 4 mulheres brasileiras (24,4%) acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, durante a pandemia de covid-19. Isso significa dizer que cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano. E que 5 em cada 10 brasileiros (51,1%) relataram ter visto uma mulher sofrer algum tipo de violência no seu bairro ou comunidade ao longo dos últimos 12 meses.

Destarte, no Dia de Enfrentamento Internacional contra a Violência de 2021, a *World Health Organization* (WHO, 2021) ratificou que é preciso o desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas e programas certos que tragam resultados concretos. Isso implica estratégias

abrangentes e de longo prazo que enfrentam as raízes da violência, protejam os direitos das mulheres e meninas e promovam movimentos fortes e autônomos pelos direitos das mulheres.

Compreendendo a vitimização de mulheres e meninas

O comportamento sexual violento se assemelha a demais comportamentos humanos, que são influenciados pelas normas sociais, sexuais (Martins, 2012). A literatura tem poucos estudos acerca de crenças da violência sexual, o que desvela o descrédito acerca do fenômeno da violência sexual. De acordo com Passinato (2011) e Machado, et al. (2012), o gênero feminino é uma categoria de análise por as mulheres pertencerem à minoria discriminada. Estudos apontam que a cultura da masculinidade (Guerra, 2015), em que o gênero masculino deve ser dominante e agressivo, fomenta e normatiza a agressão e legitimação de crenças e mitos sexuais (Machado, 2009; Scarpati, 2013).

Referencial teórico

Com base no cenário, vamos explicar as crenças à luz do Modelo Geral da Agressão (GAM) proposto por Anderson e Bushman (2002). O GAM é formado por uma estrutura abrangente e integrativa, unifica as teorias do neoassociacionismo cognitivo (Berkowitz, 1989) para entender o fenômeno da agressão humana. Ele abarca as microteorias da agressão que considerem os fatores sociais, cognitivos, de desenvolvimento e biológicos (DeWall, Anderson & Bushman, 2014; Anderson & Carnagey, 2004; Anderson & Huesmann, 2003; DeWall, et al., 2011).

A agressão humana, para o GAM (Anderson & Bushman, 2002), é fortemente influenciada por estruturas de conhecimento que afetam uma ampla variedade de fenômenos sociocognitivos, incluindo a percepção, a interpretação, atitudes e comportamentos e as crenças

que podem desempenhar um papel na preparação da agressão. Uma pessoa que conviveu durante muito tempo com crenças acerca dos estereótipos de gênero ou de descrédito na palavra da vítima pode tender com agressividade quando recebe uma recusa feminina. As estruturas cognitivas e a experiência podem influenciar a percepção e o comportamento agressivo.

O GAM (Anderson & Bushman, 2002) preconiza que as crenças fazem parte dos fatores pessoais, ou seja, antecedem os comportamentos. Logo, se as pessoas aceitam as crenças acerca da violência sexual, elas também aceitam a prática do comportamento sexual. Em estudo, Paiva et al. (2017) verificou que as pessoas legitimam acerca da violência por meio da banalização da pequena violência, ou seja, aceitam que trocas mútuas de violências não fazem parte do cenário que constitui uma violência. Um outro tipo é a aceitação da violência por meio externos, ou seja, as pessoas aceitam que podem ser derivadas de fatores externos como perda do emprego, uso de substâncias ilícitas e lícitas. E por fim, as pessoas aceitam por descumprimentos dos deveres, isto é, as pessoas aceitam por que afirmam que as mulheres não cumpriram com suas obrigações de mulheres. Como podemos perceber, já existe estudo acerca da violência conjugal, mas não especificamente acerca do fenômeno da violência sexual.

Tendo em vista a Teoria da Aprendizagem Social (Bandura 1977), os comportamentos são socialmente aprendidos através da observação e imitação dos outros, assim como as crenças relacionadas à violência, à agressão predizem significativamente o futuro. Isto é, para Bandura (1999), adquirimos os comportamentos por meio da observação, logo, se temos a crença de que nossos pais são modelos para nossos comportamentos, nós reproduziremos esse padrão. Dependendo da família, o modelo pode reproduzir atos de violência. Quando o pai bate na esposa e uma criança o observa, logo, essa criança quando adulto poderá reproduzir esse comportamento adquirido em casa, seja em aceitar a violência ou até mesmo em bater.

Corroborando com essa perspectiva, Cerqueira et al.(2019) demonstraram que pessoas vivendo em lares disfuncionais são famílias que perpassam por conflitos, com abuso físico ou sexual que impedem o desenvolvimento saudável (Lauz & Borges, 2013). Elas têm maior probabilidade de replicar o comportamento agressivo. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2021 aponta que, nos anos 2017, 2019 e 2021, as mulheres sofreram mais violência dentro da própria casa, e os autores de violência foram pessoas conhecidas da vítima. Assim, quanto mais suscetível a acreditar em crenças relacionadas ao efeito da violência sexual, mais legítimas as crenças se tornam para determinado sujeito, corroborando para ele tolerar a violência ou comportamentos agressivos usando as crenças acerca da violência para validar seu comportamento agressivo (Huesmann & Guerra, 1997). Desse modo, as crenças normalizam o comportamento e atitudes frente à violência sexual.

Para Martins (2012), quanto mais se é tolerante acerca das crenças da violência sexual, maior a probabilidade de se ter tolerância e aceitação à violência dessa natureza. Para medir o grau de tolerância e aceitação acerca da violência sexual, Martins et al. (2012) desenvolveram a Escala de crenças sobre Violência sexual (ECVS) Hipotetizamos que essas crenças terão alto nível de concordância nos participantes, e que o sexo masculino, nível educacional médio e pessoas que possuem relacionamentos amorosos aceitarão legitimação da violência sexual (Caridade & Machado, 2007). Escala de Violência Conjugal validada por Félix (2012) em uma versão reduzida para portugueses, composta por 15 itens e 3 fatores, variando numa escala de 1= discordo totalmente a 5 = concordo totalmente. Os itens demonstram relação à violência física e psicológica com fatores ligados a: Legitimação e banalização da pequena violência (por exemplo: Dar uma bofetada na(o) parceira (o) quando se está aborrecido ou irritado é normal, é uma coisa sem gravidade; $\alpha = 0,86$); Legitimação da violência por descumprimento dos deveres/expectativas do(a) parceiro(a) (por exemplo: O problema dos maus-tratos dentro do

casamento afeta uma pequena porcentagem da população; $\alpha = 0,79$); Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas (por exemplo: Os maus-tratos ocorrem apenas em famílias de baixo nível educacional e econômico; $\alpha = 0,68$). Essa medida apresenta itens que podem representar a violência sexual, porém não existe um fator apenas que trate desse construto.

No Brasil, existe a escala de Mitos Illinois Rape Myth Acceptance Scale (IRMA), a qual foi desenvolvida por Payne, validada e adaptada no Brasil por Scarpatti (2013), sendo denominada de *Escala de Aceitação dos Mitos do Estupro*. Possui 22 itens e quatro fatores, em uma escala variando de 1= discordo totalmente a 5= concordo totalmente. Os itens demonstraram a relação com os mitos do estupro, sendo identificados os seguintes fatores: - Responsabilização, com consistência interna por meio do $\alpha = 0,74$ (por exemplo: Mulher que vai para casa com desconhecido tem culpa se for estuprada); -Minimização da gravidade (por exemplo: Só há estupro se existirem marcas ou hematomas; $\alpha = 0,68$); -Desculpa feminina (por exemplo: Muitas mulheres têm o desejo secreto de serem estupradas; $\alpha = 0,71$); 04) e; - Instinto masculino (por exemplo: Homens não têm a intenção de forçar as mulheres ao sexo $\alpha = 0,64$). Como anteriormente se indicou, essa escala se constitui de 12 itens respondidos em escala de 5 pontos, tipo Likert, variando de 1 (*Discordo totalmente*) a 5 (*Concordo totalmente*) (por exemplo: um homem precisa ter várias parceiras sexuais).

No entanto, apesar de termos medidas que medem o construto da violência sexual, o presente estudo focou na Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS), pois ela mede o grau de tolerância /aceitação dos sujeitos quanto ao uso de violência de natureza sexual. A ECVS foi desenvolvida a partir da Escala de Crenças sobre Violação (ECV), de Matos, Machado e Gonçalves (1999), está por sua vez elaborada a partir da observação clínica de vítimas de violação, de violadores e da revisão da literatura sobre mitos, crenças culturais e estratégias cognitivas de legitimação da agressão sexual.

Na Escala de Crenças Acerca da Violência (ECVS), os itens foram construídos considerando que as vítimas são do gênero feminino e os seus perpetradores do gênero masculino. A consistência interna da ECVS obtida através do coeficiente alpha de cronbach foi de 0.93. A partir dessa escala— o processo de construção e adaptação da ECVS passou por diferentes etapas—, a primeira etapa transcorreu nomeadamente à adaptação dos itens da ECV a uma linguagem não generalista, de modo que ambos os gêneros possam ser vítimas e/ou agressores. A segunda etapa foi aplicada em 15 estudantes universitários com idades entre os 18 e os 24 anos, da Universidade do Minho, junto com equipe de colaboradores desse instrumento, no qual este se inseriu. Esta fase conduziu à alteração na formulação de alguns itens, sendo a versão final da escala constituída por trinta itens, que apresentam uma correlação com a pontuação total a qual varia entre 0,397 e 0,796. Por último, a ECVS passou por dois estudos de análise das qualidades psicométricas.

O primeiro estudo contou com uma amostra de conveniência composta por 700 alunos do ensino superior da região norte do país, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, obtendo-se uma consistência interna, avaliada através do coeficiente de alfa de cronbach, de 0,905. No segundo estudo, que conduziu à versão definitiva da escala, a amostra foi alargada para uma amostra representativa, quanto ao gênero, área de formação e região de Portugal Continental, constituída por 1000 estudantes do ensino superior, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos. Neste estudo, obteve-se um coeficiente de alfa de cronbach de 0,908. Ambos os resultados revelaram um grau de consistência interna elevado.

Na sua versão final, a análise da estrutura fatorial revelou a existência de cinco fatores, que no seu conjunto explicaram 48.896% da variância dos resultados. O *fator 1, representação estereotipada da violação*, explicou 14,197% da variância comum, refere-se a um conjunto de

crenças que legitimam ou minimizam a violência sexual mediante a existência de um passado sexual comum entre a vítima e o agressor e a ausência de violência física durante a prática do ato sexual. O *fator 2, provocação da vítima*, explicou 10,794% da variância comum, refere-se à noção de que a violência sexual poderá ser justificada em função de certas condutas da vítima, como a presença de um comportamento prévio sexualmente provocatório ou um passado obscuro. O *fator 3, consentimento da vítima*, explicou 9,070% da variância comum, integra um conjunto de crenças que legitimam a violência sexual com base na ideia de que a vítima consente ou induz a relação sexual, desejando-a e sentindo prazer com a mesma. O *fator 4, falsa noção de invulnerabilidade pessoal*, explicou 7,579% da variância comum, engloba um conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a violência sexual mediante a ideia de que os agressores e as vítimas deste tipo de violência possuem características que os tornam diferentes do resto da população, criando a noção de falsa invulnerabilidade. O *fator 5, falsas alegações*, explicou 7,256% da variância comum, refere-se à crença de que a violência pode ser minimizada ou desvalorizada mediante a negação da ocorrência da violência sexual e/ou interpretação de que as queixas constituem sinais de arrependimento após a relação sexual ou deseja realizar uma vingança.

Objetivamos com essa dissertação validar para o contexto brasileiro uma versão curta da ECVS. Hipotetizamos que os itens representarão apenas um único traço latente, que é a violência sexual. Uma das vantagens de se ter uma versão curta é que ela poderá minimizar os efeitos da fadiga ao ler (Fleck, 1999). O questionário proposto por Martins et al. (2012) possui trinta itens, mas todos representam o fenômeno da violência sexual. Logo, justificamos nossa aderência ao modelo unifatorial pelo simples fato de que uma versão curta poderá formar uma estrutura com itens de diversos fatores.

Estudo 1: Validade fatorial exploratória da Versão Curta da Escala de Crenças sobre Violência Sexual

O presente estudo teve como objetivo realizar as análises fatorial exploratória da versão portuguesa da Escala de Crenças acerca da Violência Sexual (ECVS; Martins, et al., 2012).

Método

Participantes

Foi utilizada uma amostra não-probabilística por conveniência. No total, foram coletadas respostas de 231 voluntários de amostra não probabilística, em sua maioria mulheres (72,7%) e com idade média de 24,11 (DP = 7,08). A escala do tipo Likert com 5 pontos vai de discordo totalmente a concordo totalmente. Um exemplo de item refere-se a “Os agressores são quase sempre desconhecidos das vítimas.

Instrumento

A Escala de Crenças acerca da Violência Sexual ECVS mede o grau de tolerância/aceitação dos participantes quanto ao uso de Violência Sexual (VS). O presente instrumento foi construído a partir da Escala de Crenças sobre a Violação (ECV). A ECVS é composta por 30 itens face aos quais os sujeitos devem se posicionar, em termos de grau de concordância/discordância, mediante uma escala de Likert com cinco opções de resposta, que variam desde 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente). Nenhum dos itens foi eliminado, uma vez que todos se mostraram adequados do ponto de vista da validade de conteúdo, da dispersão e do poder discriminativo (Martins et al., 2012).

Procedimentos

Inicialmente, apresentamos ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB o projeto de pesquisa, visando obter o parecer favorável. Obtivemos o parecer favorável nº 084894/2021 para iniciarmos o estudo. Com isso, realizamos a análise de validade de conteúdo da medida, afim de verificar se a tradução do português de Portugal para o português brasileiro estariam adequada conceitualmente e operacionalmente (Beaton et al., 2000). Os juízes foram convidados por meio do e-mail acompanhado do termo de explicação dos objetivos do estudo e solicitando a colaboração na análise dos itens. A escolha dos Juízes se deu a partir de seus currículos lattes, com formação em Psicologia, em nível de doutoramento. O construto abordado se trata de uma minoria social (violência sexual contra a mulher). Nessa etapa, contamos com 6 Juízes, psicólogos, com idades entre 25 a 31 anos ($M = 27,20$; $DP = 4,02$), sendo 5 mulheres e 2 homens que atualmente trabalham temas de grupos minoritários contra mulher, homofobia, preconceito, violência entre parceiros íntimos, violência no namoro. Todos já presenciaram algum tipo de violência contra a mulher.

Apresentamos aos juízes a Escala de Crenças acerca da Violência Sexual (ECVS). Os juízes analisaram cada item em relação a quatro aspectos propostos por Beaton et al. (2000): 01 Equivalência Semântica (significado, gramatical e vocabulário dos itens em relação às traduções). 02 *Equivalência Linguística ou idiomática* (correspondência entre o significado referencial, denotativo e literal dos termos / expressões do item em relação às traduções). 03 *Equivalência Cultural* (coerência e a compatibilidade dos termos com o contexto brasileiro). 04 *Equivalência Conceitual* (quanto às traduções corresponderem adequadamente aos itens). 05 Clareza (da tradução quanto ao item). Foi verificado que os juízes concordaram em termos de: precisão, clareza, item 01 (CVC 0,99), item 02 (CVC = 0,98), item 13 (CVC = 0,95), item 14

(CVC = 0,98), item 17 (CVC = 0,98), item 18 (CVC = 0,96), item 19 (CVC = 0,98), item 20 (CVC = 0,98), item 22 (CVC = 0,98), item 26 (CVC = 0,97), item 27 (CVC = 0,98). Obtiveram o Coeficiente de Validade de Conteúdo Total do Critério (CVCT) de 0,96 para todos os itens. De acordo com Hernández-Nieto (2002), o ponto de corte pode ser adotado como satisfatório com $CVC \geq 0,80$. Logo, a medida apresentou adequação quanto aos critérios, demonstrando que poderiam ser testados em análises posteriores.

Após a primeira etapa, escolhemos os itens com maior carga fatorial para a formação de uma medida reduzida. Os itens de maior carga fatorial são, respectivamente, :1,2,4,5,6,13,14,17,18,19,20,22,23,26,27. Esses itens foram enumerados de 01 a 15, na versão curta da escala, tabela em anexo enumerada. Com isso, passamos para a etapa da análise fatorial exploratória, da qual passamos a aplicar a medida reduzida após anuência obtida por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta foi realizada através de redes sociais, de forma on-line (Google Forms). As respondentes foram informadas de que a pesquisa seria voluntária e não receberiam nenhum retorno financeiro pela sua participação, e que foram tomados todos os cuidados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações individuais, preservando a identidade dos respondentes, conforme as recomendações da Resolução 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Análise de Dados

Foram realizadas as seguintes análises: o Coeficiente de Validade de Conteúdo; Teste de KMO, e Teste de Esfericidade de Bartlett (objetivando verificar a adequação da amostra para análise fatorial); análise fatorial através da fatoração dos eixos principais; e teste de consistência

interna, através do Alfa de Cronbach. Todas as análises foram executadas através do *software* JASP.

Resultados

Inicialmente, observou-se se a amostra era adequada para análise fatorial. Os resultados do KMO (0,75) e do teste de esfericidade de Bartlett ($\chi^2 = 1018,07$; $df = 105$; $p < 0,001$) apontaram que sim. Desse modo, prosseguiu-se com as análises objetivadas. A análise fatorial foi realizada através da fatoração dos *eixos principais*. Apesar dos resultados indicarem inicialmente a existência de dois fatores, todos os itens apresentavam saturação no fator 1, optando-se assim por uma organização unifatorial. Esse fator apresentou um *eigenvalue* de 3,43, explicando 23% da variância. Como é possível observar na Tabela 1, as cargas fatoriais variaram entre 0,17 (item 5) e 0,65 (item 11), com três itens não alcançando o valor mínimo de 0,30. É importante salientar, entretanto, que os três itens também não apresentaram saturação significativa no segundo fator identificado na análise inicial. Por fim, a confiabilidade do instrumento com os 15 itens apresentou um valor de 0,79. Em comparação excluindo os itens com carga fatorial abaixo de 0,30 (itens 1, 2 e 5) o alfa indicou um escore de 0,81.

Tabela 1. *Análise Fatorial Exploratória*

Itens	Média (DP)	Carga Fatorial	h ²	α (se o item for removido)
1. Os agressores são, quase sempre, desconhecidos da vítima.	1,67 (0,90)	0,18	0,03	0,80
2. Se uma mulher já tiver mantido relações sexuais com outro (a), então não se pode falar em violência sexual.	1,11 (0,44)	0,19	0,03	0,79
3. Só as pessoas que não conseguem arranjar parceiros(as) é que cometem violência sexual.	1,10 (0,42)	0,45	0,20	0,78
4. As pessoas afirmam que foram vítimas de violência sexual quando querem se vingar de alguém.	1,46 (0,75)	0,64	0,41	0,77
5. Forçar o (a) parceiro (a) a ter relações sexuais não é violência sexual.	1,06 (0,39)	0,17	0,03	0,80
6. Se uma pessoa se expõe (por exemplo, saindo à noite sozinha ou frequentando locais com má reputação), é sua culpa se for vítima de uma violência sexual.	1,07 (0,31)	0,54	0,30	0,77
7. Muitas acusações são inventadas quando as(os) parceiras (os) expressam o desejo de terminar a relação.	1,49 (0,79)	0,62	0,39	0,77
8. Algumas pessoas têm prazer sexual quando são violentadas.	1,63 (0,99)	0,44	0,19	0,78
9. Algumas pessoas têm o desejo secreto de ser violentadas e gostariam que tal ato acontecesse.	1,60 (1,00)	0,40	0,16	0,78
10. Existem mulheres que gostam que os homens usem um pouco de força física para as convencer a ter sexo.	1,82 (1,08)	0,50	0,25	0,77
11. Muitas queixas de violação são inventadas quando as pessoas se arrependem de terem feito sexo.	1,43 (0,80)	0,65	0,43	0,77
12. Forçar o namorado(a) a ter relações sexuais não é violência sexual.	1,03 (0,22)	0,50	0,25	0,78
13. Uma denúncia de violência sexual realizada dias após o ato cometido, provavelmente, não é verdadeira.	1,06 (0,26)	0,45	0,20	0,78
14. “Quem anda na chuva é para se molhar”, quem não deseja ser violentado sexualmente deve evitar se expor ao risco.	1,19 (0,61)	0,45	0,20	0,78
15. Se uma pessoa é violada quando se está alcoolizada e/ou sob efeito de outras drogas, então, parte da culpa é dela.	1,07 (0,30)	0,55	0,30	0,77

Discussão parcial

Os índices das Crenças acerca da violência sexual mostraram-se adequados de acordo com a literatura, demonstrando assim validade e confiabilidade (Filho&Júnior, 2010; Hair et al., 1987; Marrocos & Garcia-Marques, 2006).

Estudo 2: Análise Fatorial Confirmatória da Escala de Crenças sobre Violência Sexual

Realizamos um novo estudo para confirmar e testar a estrutura fatorial da medida. Logo, procedemos com a análise fatorial confirmatória.

Método

Participantes

Foi utilizada novamente uma amostra não-probabilística por conveniência. No total, foram coletadas respostas de 231 voluntários, majoritariamente mulheres (65,8%) e com idade média de 23,45 anos ($DP = 7,40$).

Instrumento

Novamente foi utilizada a Escala de Crenças acerca da Violência Sexual e o questionário sociodemográfico.

Procedimentos

Utilizaram-se os procedimentos de coleta do Estudo 1; os respondentes iniciaram após a concordância com o TCLE. A coleta foi realizada através de redes sociais, via Google Forms on-line e em aulas assíncronas no último trimestre de 2021.

Análise de Dados

Utilizando o *software* JASP, foi realizada a análise fatorial confirmatória. Para tal, foi usada a análise de adequação do modelo através do estimador DWLS (*Diagonally weighted least squares*). Os seguintes índices foram observados: o qui-quadrado e graus de liberdade (χ^2/gl), que consideram valores abaixo de 3,0; O *Goodness-of-Fit Index*, o *Comparative Fit-Index* (CFI) e o *Tucker-Lewis Index* (CFI), que consideram valores acima de 0,90 como aceitáveis; e o *Root-Mean-Square Error of Approximation* (RMSEA), no qual valores até 0,08 são significativos (Byrne, 2012; Hu & Bentler, 1999; Kline, 2016; Marôco, 2010).

Resultados

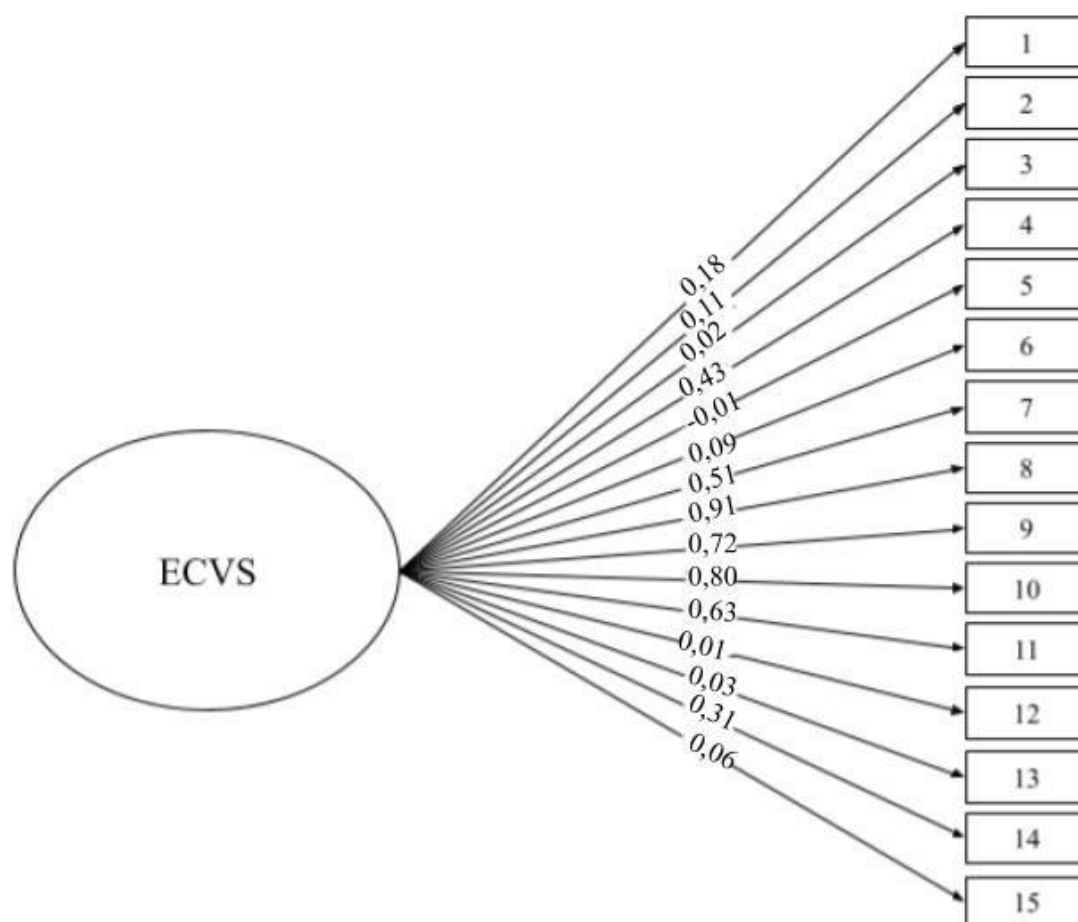
Inicialmente, testou-se a adequação de dois modelos a partir dos resultados do estudo anterior: O primeiro modelo era composto de todos os itens, enquanto o segundo foi formado por 13 itens (retirando-se os itens 1, 2 e 5). Como é indicado pela Tabela 2, o modelo com todos os itens apresentou melhores índices de adequação. O alfa de Cronbach foi similar nos dois casos (0,80). É possível observar a organização fatorial na Figura 1.

Tabela 2. Índices de Adequação do Modelo

Modelo	χ^2/gl	GFI	CFI	TLI	RMSEA (IC 90%)
1. 15 itens	1,21	0,91	0,96	0,96	0,03 (0,01 – 0,05)
2. 12 itens	1,41	0,93	0,95	0,94	0,04 (0,01 – 0,06)

Figura 1

Estrutura Fatorial do Instrumento



Discussão parcial

Os resultados encontrados no Estudo 2 confirmam a estrutura verificada no Estudo 1, mostrando os índices de ajuste adequados (Byrne, 2012; Hu & Bentler, 1999; Kline, 2016; Marôco, 2010). Alguns itens apresentam pesos lâmbdas (cargas fatoriais) adequados acima de 0.30, o que significa que os itens representam o traço latente. Outros itens ainda precisam ser testados posteriormente, já que apresentaram cargas fatoriais abaixo, o que pode simbolizar que a estrutura pode não ser unifatorial, apesar de os índices de ajuste terem sido estatisticamente

suficientes para uma estrutura unifatorial. A presente escala apresentou nesse estudo consistência interna estatisticamente satisfatória (Kline, 2016).

Estudo 3: Validade convergente da Escala de Crenças sobre Violência Sexual

Realizamos a validade com medidas externas para comprovar que nossa escala mede o fenômeno da violência. Para isso, realizamos a validade convergente com as medidas relacionadas ao estupro (Payte et al., 1999; Scarpati, 2013) e relacionadas à agressão (Buss & Perry, 1992; Paiva et al. (2020). Também buscamos realizar a validade discriminante com uma medida de personalidade (Gosling et al., 2003; Pimentel et al., 2014), a fim de verificar que nossa medida mede de fato a violência sexual e não outro construto.

Método

Foi utilizada uma amostra não-probabilística por conveniência (semelhante ao estudo 2). As recomendações éticas necessárias para o estudo com seres humanos foram seguidas. A coleta de dados ocorreu por meio das redes sociais por meio do Google Forms e aulas assíncronas. A análise de dados foi conduzida através do R Studio, especificamente o pacote Lavaan.

Participantes

No total, foram coletadas respostas de 240 voluntários, em sua maioria mulheres (64,6%) com idade média de 23,74 anos ($DP = 7,92$). 37,5% dos participantes relataram que já haviam sido vítimas de violência sexual.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados para realização deste estudo foram: *Escala de Crenças acerca da Violência Sexual (ECVS)*, desenvolvida por Martins, Machado, Abronhosa e Manita (2012). Essa medida é composta por 30 itens, distribuídos em 5 fatores, a saber: representação estereotipada da violação (e.g., “Se uma pessoa já tiver mantido antes relações sexuais com a outra, então não se pode falar de violência sexual”); provocação da vítima (e.g., “Há um certo ponto a partir do qual nenhum homem/nenhuma mulher é de ferro”); consentimento da vítima (e.g., “Quando as mulheres dizem não (ao sexo), muitas vezes, querem dizer sim); falsa noção de invulnerabilidade pessoal (e.g., Os agressores são, quase sempre, desconhecidos da vítima); e falsas alegações (e.g., A maioria das queixas de violação é falsa ou exagerada). As respostas foram dadas em uma escala Likert que variaram de 1 (discordo muito) a 5 (concordo muito), avaliando-se a concordância de cada item sem o ponto médio, para que o respondente possa se posicionar diante da crença exposta.

Escala de Mitos do Estupro (Illinois Rape Myth Acceptance Scale, IRMA): desenvolvida por Payne et al. (1999) e validada para o contexto brasileiro por Scarpati, Guerra e Duarte (2014), sendo o instrumento composto por 25 itens, com escala de resposta do tipo Likert, variando de (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente. Contém quatro fatores: Fator 01: Responsabilização da mulher (e.g., Mulher que vai pra casa de homem desconhecido, merece ser estuprada); Fator 02: Minimização da gravidade (e.g., O estupro não é um problema tão grande quanto as feministas dizem); Fator 03: Desculpa feminina (e.g., Mulheres gostam de sexo quando os homens usam a força); Fator 04: Instinto masculino (e.g., Homens estupram pelo forte desejo por sexo).

Questionário de Agressão de Buss-Perry: sua versão reduzida, desenvolvida por Buss-Perry (1992) e validada por Paiva et al. (2021), é composta por 12 itens distribuídos em 4 fatores, como: *Agressão física* (e.g., Eu já ameacei pessoas que conheço); *Agressão Verbal* (e.g., Eu frequentemente discordo das pessoas); *Raiva* (e.g., Às vezes eu perco a razão sem nenhum motivo) e *Hostilidade* (e.g., Algumas vezes eu sinto que sou tratado injustamente na vida). Os itens estavam dispostos em uma escala Likert de 6 pontos, induzindo os respondentes a escolher um dos lados dos polos, já que não possui um ponto médio central, variando de 1 (não é extremamente minha característica) até o 6 (é extremamente minha característica).

Inventário de Personalidade de dez itens (TIPI) desenvolvida por Gosling et al. (2003). Aplicou-se a versão em português do Brasil apresentada em Pimentel et al. (2014), composta por 10 itens equitativamente distribuídos em 5 fatores de personalidades: Extroversão (e.g., Extrovertido, entusiasta); Agradabilidade (e.g., Crítico, briguento); Conscienciosidade (e.g., Confiável, autodisciplinado); Estabilidade Emocional (e.g., Ansioso, que se chateia facilmente); Abertura a Experiências (e.g., Aberto a novas experiências, complexo). Varia numa escala de 1=Discordo fortemente a 7=Concordo fortemente.

Procedimentos

Para realização da pesquisa, devido à pandemia de caráter global, transcorreu-se respeitando todos os protocolos de segurança. Desta forma, a pesquisa foi realizada de agosto a setembro de 2021. Para tanto, foi criado um Google Forms com as devidas escalas e o TCLE, assim que o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB aprovou a respectiva pesquisa. Os participantes majoritariamente são da universidade Pública, e a pesquisa transcorreu durante as aulas síncronas.

Análise de Dados

Foram realizadas análises descritivas (para caracterizar a amostra e as variáveis de interesse), além de correlações bivariadas de Pearson, objetivando observar as associações entre as variáveis. Todas as análises foram executadas através do *software* JASP.

Resultados

As correlações bivariadas entre os construtos podem ser observadas na Tabela 3. De modo geral, as crenças frente à violência sexual se correlacionaram positivamente com os quatro fatores da Escala de Aceitação dos Mitos do Estupro (responsabilização da mulher: $r = 0,70$; $p < 0,01$; minimização da gravidade: $r = 0,48$; $p < 0,01$; desculpa feminina: $r = 0,84$; $p < 0,01$; e instinto masculino: $r = 0,55$; $p < 0,01$), com a agressão física ($r = 0,16$; $p < 0,05$) e a raiva ($r = 0,15$; $p < 0,05$) e o traço de personalidade conscienciosidade ($r = 0,13$; $p < 0,05$). Por outro lado, as crenças se relacionaram negativamente apenas com a abertura à experiência ($r = 0,14$; $p < 0,05$).

Tabela 3. *Correlações Bivariadas entre os Construtos*

	CV	RM	MG	DF	IM	AF	AV	HS	RA	AB	CO	EX	AM
CV	-												
RM	,70**	-											
MG	,48**	,44**	-										
DF	,84**	,73**	,48**	-									
IM	,55**	,46**	,41**	,55**	-								
AF	,16*	,18**	,09	,15*	,17**	-							
AV	,03	-,02	-,03	-,01	,14*	,38**	-						
HS	,11	,06	-,03	,05	,06	,33**	,34**	-					
RA	,15*	,09	,13*	,09	,15*	,26**	,40**	,40**	-				
AB	-,14*	-,06	-,03	-,04	-,10	,03	-,01	-,17**	-,19**	-			
CO	,13*	,13*	,01	,17**	,11	-,06	-,06	-,17**	-,15*	,19**	-		
EX	-,06	-,14*	-,05	-,04	-,03	,01	,12	-,13*	,08	,22**	,08	-	
AM	-,03	-,06	-,02	,04	,05	-,25**	-,34**	-,19**	-,31**	,23**	,23**	-,04	-
ES	-,01	,01	-,05	,02	-,05	-,16*	-,23**	-,32**	-,45**	,13*	,16*	-,04	,33**

** = $p < 0,01$; * = $p < 0,05$; CV = Crenças acerca da Violência Sexual; RM =

Responsabilização da Mulher; MG = Minimização da Gravidade; DF = Desculpa Feminina;

IM = Instinto Masculino; AF = Agressão Física; AV = Agressão Verbal; HS = Hostilidade;

RA = Raiva; AB = Abertura à experiência; CO = Conscienciosidade; EX = Extroversão; AM

= Amabilidade; ES = Estabilidade Emocional.

Discussão Parcial

Nesse estudo, podemos observar que a ECVS apresentou validade convergente com a medida do mito do estupro, com altas correlações. Isso ocorre porque quem concorda com os mitos do estupro (Scarpatti, 2013) também concorda com a violência sexual em mulheres. As correlações, apesar de serem baixas em relação à violência sexual com a agressão física e com a raiva (Campos, 2013), elas são significativas, pois demonstram que as pessoas que possuem uma característica mais propensa para cometer agressão física e a ter a raiva também concordam com a violência sexual. Além disso, a agressão sexual também pode ser cometida por meio da violência física (Cerqueira et al., 2019). Outro ponto a ser destacado é a validade discriminante como inventário de personalidade (Gosling et al. 2003), isto é, as correlações nulas ou fracas (Campbell & Fiske, 1959) demonstram que a nossa medida mede de fato a violência e não a personalidade, apesar de que a violência sexual se correlacionou negativamente com a abertura a experiências e positivamente com a conscienciosidade. Ou seja, isso demonstra que, quanto menos abertura à experiência, mais temos a aceitação da violência sexual.

Estudo de Paiva et al. (2017) mostrou que, quanto mais as mulheres vítimas de violência aceitam e legitimam a banalização da pequena violência, menos abertura a novas experiências elas terão. Dessa forma, a conscienciosidade foi correlacionada positivamente com as crenças acerca da violência sexual, e pessoas com elevado grau de meticulosidade, quanto maior o traço latente, mais adesão terão às falsas crenças.

Discussão Geral

O presente estudo objetivou aprofundar o conhecimento sobre a mensuração das crenças acerca da violência contra o gênero feminino no vasto campo da violência sexual (OMS, 2021). Para isso, buscou-se uma medida que delineasse um campo ainda pouco explorado em virtude de crenças falsas a respeito da violência sexual, fenômeno de visíveis consequências funestas na vida de mulheres e meninas vítimas de violência sexual (FBSP, 2021), enquanto sujeito detentoras de direito e dignidade sexual.

A adaptação do instrumento para o contexto brasileiro com a temática da violência sexual (Martins et al., 2012) difere do instrumento original por ser uma medida unifatorial e por conter 15 itens. É uma versão curta do instrumento. A pesquisa utilizou uma amostra não probabilística de jovens universitários, podendo ser expandida para outras populações de adultos de outras faixas etárias. Vislumbrando os resultados encontrados, considera-se que o objetivo proposto foi alcançado (Martins et al 2012) com a obtenção de uma versão curta da medida de violência sexual.

A medida é unifatorial, a priori bifatorial, mas na estrutura dos estudos a medida unifatorial se comportou melhor (Hair et al., 2009; Gouveia & Soares, 2015). Itens como “Os agressores são, quase sempre, desconhecidos da vítima” (01) e “Mulheres que já tiveram relação com homem anteriormente não podem falar sobre violência sexual” (02) denotam como as crenças e o constructo da violência sexual seguem o script comportamental do estranho perpetrador, quando a maior parte das pesquisas aponta que a maioria dos agressores são conhecidos da vítima (Campos, 2013, Reis 2001).

No Estudo 2 foi analisada a dimensionalidade da escala por meio da Análise Fatorial Confirmatória. De acordo com Pasquali (1999), foram escolhidos os itens com maior carga fatorial. No estudo 03, onde foi realizada uma Validade convergente da Escala de Crenças sobre Violência Sexual, as crenças frente a violência sexual se correlacionaram positivamente com os quatro fatores da Escala de Aceitação dos Mitos do Estupro (responsabilização da mulher, desculpa feminina e instinto masculino). Chama atenção na ECVS e na EME as correlações altas para “responsabilização da mulher” ($r = 0,70$; $p < 0,01$) e “desculpa feminina” ($r = 0,84$; $p < 0,01$), enfatizando assim a responsabilização da vítima do gênero feminino. O Buss-Perry Aggression Questionnaire (short version) apresentou correlação com a “agressão física” e a “raiva” e o com traço de personalidade “conscienciosidade.” Por outro lado, as crenças se relacionaram negativamente apenas com a “abertura à experiência”.

Destaca-se a relevância do instrumento transcultural, adaptado no Brasil em sua versão curta. Foi uma das propostas desta dissertação, considerando o número de itens da escala original e o tempo gasto para aplicação do instrumento original superior a 10 minutos (Almeida et al., 2008), sendo necessária a criação de uma medida curta para evitar, p. ex., o efeito de fadiga dos participantes. A versão curta do instrumento validado possui fácil aplicabilidade e os resultados obtidos demonstram estar dentro de padrões psicométricos capazes de avaliar as crenças acerca da violência sexual.

A aplicação da medida pode vir a contribuir para a compreensão de violências em relacionamentos e de como o constructo da violência é compreendido nos serviços de saúde, no judiciário e no atendimento a mulheres vítimas de violência, possibilitando que profissionais de

diferentes áreas possam entender melhor como essas crenças podem enviesar, ou mesmo fomentar, o número de casos subnotificados. Espera-se também que o instrumento aqui validado para uma versão curta possa auxiliar profissionais para intervenções eficazes visando a redução dos fatores de risco (Koller & Scarpati, 2020).

Referências

- Abbey, A., Zawacki, T., Buck, P. O., Clinton, A. M., & Mc Auslan, P. (2004). Sexual assault and alcohol consumption: What do we know about their relationship and what types of research are still needed? *Aggression and violent behavior*, 9(3), 271-303. [https://doi.org/10.1016/S1359-1789\(03\)00011-9](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(03)00011-9)
- Amnesty International (2017). *Amnesty International report: The state of the world's human rights*. <https://www.amnesty.org/download/Documents/POL1048002017ENGLISH.PDF>.
- Anderson, C., & Bushman, B. J. (2002). Human aggression. *Annual Review of Psychology*, 53(1), 27-51.
- Bandura, A. (1979). Psychological mechanisms of aggression. In M.V. Cranach, K. Foppa, W. LePenies, & D. Ploog (Eds.), *Human ethology: Claims and limits of a new discipline*. Cambridge University Press.
- Barbosa, L. H. G. M. (2017). *Atitudes frente às vítimas de estupro: O papel de variáveis socioculturais e sociopsicológicas* (Tese de Pós-Graduação em Psicologia Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil.
- Bell, S. T., Kuriloff, P. J., & Lottes, I. (1994). Understanding attributions of blame in stranger rape and date rape situations: An examination of gender, race, identification, and students' social perceptions of rape victims. *Journal of Applied Social Psychology*, 14, 1719-1734.
- Burt, M. R. (1980). Cultural myths and supports for rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 217-230.
- Bushman, B. J. (1998). Effects of television violence on memory for commercial messages. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 4(4), 291-307. doi:10.1037/1076-898X.4.4.291
- Bushman, B. J. (1998). Priming effects of media violence on the accessibility of aggressive constructs in memory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 24, 537-545. doi:10.1177/0146167298245009.

- Bushman, B. J., & Huesmann, L. R. (2001). Effects of televised violence on aggression. In J. L. Dorothy, & G. Singer, *Hand-book of Children and the Media* (pp. 223-254). Sage.
- Byrne, B. M. (2012). *Structural equation modeling with Mplus*. Routledge.
- Campbell, D. T., & Fiske, D. W. (1959). Convergent and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix. *Psychological Bulletin*, 56, 81-105. <https://dx.doi.org/10.4135/9781412961288.n79>
- Campos, M. A. M. da R., & Schor, N. (2008). Violência sexual como questão de saúde pública: Importância da busca ao agressor. *Saúde e Sociedade*, 17(3), 190-200. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000300019>.
- Caridade, S., & Machado, C. (2013). *Violência nas relações juvenis de intimidade: Uma revisão da teoria, da investigação e da prática*. Edições Colibri.
- Caridade, S., & Machado, C. (2013). Violência nas relações juvenis de intimidade: Uma revisão da teoria, da investigação e da prática. *Psicologia*, 27(1), 91-113.
- Casique, L., & Furegato, A. R. F. (2006). Violence against women: Theoretical reflections. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14, 6, 950-956.
- Cattell, R. B. (1978). *The scientific use of factor analysis*. New York: Plenum.
- Chakian. S. (2020). *Construção dos direitos das mulheres: História, limites e diretrizes, para um Direito Penal eficiente*. Lumen Juris.
- Check, J., & Malamuth, N. M. (1983). Sex role stereotyping and reactions to depictions of stranger versus acquaintance rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 344-356.
- Costello, A. B., & Osborne, J. W. (2005). Best practices in exploratory factor analysis: Four recommendations for getting the most from your analysis. *Practical Assessment, Research & Evaluation*, 10(7), 1-9.
- D'Abreu, L. C. F. (2013). Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres. *Psicologia e Sociedade*, 25, 3, 592-601.
- D'Abreu, L. C. F., & Krahé, B. (2014). Predicting sexual aggression in male college students in Brazil. *Psychology of Men & Masculinity*, 15(2), 152-162.
- D'Abreu, L. C. F., Krahé, B., & Bazon, M. R. (2013). Sexual aggression among Brazilian college students: Prevalence of victimization and perpetration in men and women. *Journal of Sex Research*, 50(8), 795-807.
- Damásio, B. F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Avaliação Psicológica*, 11(2), 213-228.

- Dewall, C. N., Anderson, C., & Bushman, B. J. (2011). The general aggression model: Theoretical extensions to violence. *Psychology of Violence*, 1(3), 245-258. doi: 10.1037/a0023842
- DeWall, C. N., Anderson, C. A., & Bushman, B. J. (2012). Aggression. In H. Tennen & J. Suls (Eds.), *Handbook of Psychology*, 2(5), 449-466. New York: Wiley.
- Dobke, V. (2001). *Abuso sexual: A inquirição das crianças – uma abordagem interdisciplinar*. Porto Alegre: Ricardo Lenz.
- Farias, M. G. (2019) *Culpabilização de mulheres vítimas de estupro: Subtipos femininos e variáveis correlatas* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.
- Félix, D. S. S. (2012) *Crenças de legitimação da violência de gênero e efeitos de campanhas de prevenção: Um estudo exploratório* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia, Lisboa, Portugal.
- Field, A. (2009). *Descobrimos a estatística usando o SPSS*. Bookman Editora.
- Fleck, M. P. A., Fachel, O., Louzada, S., Xavier, M., Chachamovich, E., & Vieira, G. (1999). Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da organização mundial da saúde (WHO-QOL-100). *Rev Bras Psiquiatr*, 21, 19-28.
- Freese, B., Moya, M., & Megías, J. (2004). Social perception of rape: How rape myth acceptance modulates the influence of situational factors. *Journal of Interpersonal Violence*, 9, 143-161.
- Formiga, N. S., Golveia, V. V., & Santos, M. N. (2002). Inventário de sexismo ambivalente: Sua adaptação e relação com o gênero. *Psicologia em Estudo*, 7(1), 103-111.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019*. São Paulo, Brasil. <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021). *Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil*. São Paulo, Brasil. https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-3ed/
- Foshee, V. A., Bauman, K. E., Arriaga, X. B., Helms, R. W., Koch, G. G., & Linder, G. F. (1998). An evaluation of Safe Dates, an adolescent dating violence prevention program. *American Journal of Public Health*, 88(1), 45-50.
- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 61-89). Academic Press.

- Gaspar, R. S., & Pereira, M. U. L. (2018). Evolução da notificação de violência sexual no Brasil de 2009 a 2013. *Cadernos de Saúde Pública* [online], 34(11). Recuperado de <https://doi.org/10.1590/0102-311X00172617>.
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1998). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 491-521.
- Greenwald, A. G., McGhee, D. E., & Schwartz, J. L. K. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: The Implicit Association Test. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 1464-1480.
- Greenwald, A. G., Nosek, B. A., & Banaji, M. R. (2003). Understanding and using the implicit association test: I. An improved scoring algorithm. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85, 197-216.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada dos dados* (6a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Hernández-Nieto, R. A. (2002). *Contributions to Statistical Analysis* (pp. 119). Mérida: Universidad de Los Andes.
- Huesmann, L. R., Guerra, N.G. (1997). Children's normative beliefs about aggression and aggressive behavior. *J. Pers. Soc. Psychol*, 72, 408-19
- Hu, L., & Bentler, P. (1999). Cutoff criteria for fit indices in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling*, 6, 1-55.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014). *Estupro no Brasil: Uma radiografia segundo os dados da Saúde* (versão preliminar). Brasília, Brasil, D. Cerqueira, D. Coelho. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2017). *Estupro no Brasil: Vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014*. Brasília, DF, D. Cerqueira, D. Santa Cruz, H. Ferreira.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019). *Participação no mercado de trabalho e violência doméstica contra as mulheres no*. Rio de Janeiro, Brasil, D. Cerqueira, R. Moura, W. Pasinato.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2021). *Atlas da violência*. Ministério da Economia, Brasília, DF. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>
- Joseph, J. S., Gray, M. J., & Mayer, J. (2013) Addressing Sexual Assault within Social Systems: System Justification as a Barrier to College Prevention Efforts. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 22(5), 493-509.

- Jost, J. T., & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33, 1-27.
- Jost, J. T., Banaji, M. R., & Nosek, B. A. (2004). A decade of system justification theory: Accumulated evidence of conscious and unconscious bolstering of the status quo. *Political Psychology*, 25 (6), 881-919.
- Kline, R. B. (2016). *Principles and Practice of Structural Equation Modeling*. New York: Guilford Publications.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (Eds). (2002). *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.
- Koss, M. P., Gidycz, C. A., & Wisniewski, N. (1987). The scope of rape: Incidence and prevalence of sexual aggression and victimization in a national sample of higher education students. *Journal of Counseling and Clinical Psychology*, 55(2), 162-170.
- Koss, M. P. (1988). Hidden rape: Sexual aggression and victimization in a national sample of students in higher education. In A.W. Burgess (Ed.), *Rape and sexual assault*, pp. 3-25.
- Koss, M. P. (1992). The underdetection of rape: Methodological choices influence incidence estimates. *Journal of Social Issues*, 48, 61-76.
- Langhinrichsen-Rohling, J., Huss, M. T., & Ramsey, S. (2000). The clinical utility of batterer typologies. *Journal of Family Violence*, 15, 37-53.
- Langhinrichsen-Rohling, J., & Monson, C. M. (1998). Marital rape: Is the crime taken seriously without co-occurring physical abuse? *Journal of Family Violence*, 13, 433- 443
- Lauz, G., Mayer, V., & Borges, J. (2013). Lessinger Conceção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33, 4. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000400007>
- Lei nº 13.882, de 8 de outubro de 2019. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13882.htm
- Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.
- Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

- Lerner, M. J. (1980). *The belief in a just world: A fundamental delusion*. Plenum Press.
- Lettiere, A., Nakano, A. M. S., & Rodrigues, D. T. (2008). Violência contra a mulher: A visibilidade do problema para um grupo de profissionais de saúde. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 42(3).
- Lima-Nunes, A. V., Pereira, C., & Correia, I. (2013). *Restricting the scope of justice to justify discrimination: The role of justice perceptions on discrimination against immigrants*. Manuscript under review.
- MacDonald, R. (2000). Time to talk about rape: If men remember that women are their mothers, daughters, and wives they may change their laws. *BMJ: British Medical Journal*, 321(7268), 1034–1035
- Malamuth, N. M. (1984) Aggression against women: Cultural and individual causes. In N. M. Malamuth & E. Donnerstein (Eds.). *Pornography and sexual aggression* (pp.19-52). New York: Academic Press.
- Martins, S. (2012). *Vitimização e Perpetração Sexual em Jovens Adultos: Da caracterização da prevalência às atitudes* (Tese de Doutorado). Universidade do Minho, Braga.
- Martins, S., Machado, S., Abrunhosa, R., & Manita, C. (2012). Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS). *Análise Psicológica*, XXX (1-2), 177-191.
- Monson, C. M., Langhinrichsen-Rohling, J., & Binderup, T. (2000). Does "no" really mean "no" after you say "yes"? Attributions about date and marital rape. *Journal of Interpersonal Violence*, 15(11), 1156–1174. <https://doi.org/10.1177/088626000015011003>
- Moroskoski, M. (2021). Aumento da violência física contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo: Uma análise de tendência. *Ciência & Saúde Coletiva*. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.02602020>.
- National Crime Victimization Survey (2009). *Criminal Victimization 2008*. M, Rand. Recuperado de <http://bjs.ojp.usdoj.gov/content/pub/pdf/cv08.pdf>
- National Crime Victimization Survey (2010). *Criminal Victimization, 2009*. J, Truman & M, Rand. Recuperado de <http://bjs.ojp.usdoj.gov/content/pub/pdf/cv10.pdf>
- Organização Mundial de Saúde (2021). *Prevenção da Violência Sexual e da Violência pelo Parceiro Íntimo Contra a Mulher: Ação e produção de evidência*. Geneva: OMS.
- Organização Pan-Americana da Saúde (2018). *Violência praticada por parceiro íntimo afeta até 60% das mulheres em alguns países das Américas*.
- Paiva, T. T., Pimentel, C. E., & Monteiro, R. P. (2019). Contribuições do modelo geral da agressão na definição da violência entre parceiros íntimos. In S. C. Maciel, P. N. Fonseca (Orgs.), *Psicologia Social: Vertentes e Perspectivas*, 1, 65-78. João Pessoa: Editora UFPB.

- Paiva, T. T., Pimentel, C. E., & Moura, G. B. (2017). Violência conjugal e suas relações com autoestima, personalidade e satisfação com a vida. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 10, p. 215-227.
- Pasinato, W. (2011). "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagupp*. 219-246.
- Pasquali, L. (1999). *Análise fatorial: Um manual teórico-prático*. Brasília: Editora UnB.
- Passos, A. I. M., Gomes, D. A. Y. & Gonçalves, C. L. D. (2018). Perfil do atendimento de vítimas de violência sexual em Campinas. *Revista Bioética*. <https://doi.org/10.1590/1983-80422018261227>
- Pelisoli, C., Dobke, V., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Depoimento especial: Para além do embate e pela proteção das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Temas em Psicologia*, 22(1), 25-38.
- Pimentel, C. E., Ferreira, D. C. S., Vargas, M. M., Maynard, V. A. P., & Mendonça, D. C. (2014). Preferência por estilos de filmes e suas diferenças nos cinco fatores de personalidade. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 9(2), 233-244.
- Puri, M., Frost, M., Tamang, J., Lamichhane, P., & Shah, I. (2012). The Prevalence and Determinants of Sexual Violence against Young Married Women by Husbands in Rural Nepal. *BMC Research Notes*, 5, 291.
- Reis, J. N., Martins, C. S., & Bueno, S. M.V.(2001). Violencia sexual, vulnerabilidades e doenças sexualmente transmissíveis. *DST: Jornal Brasileiro de doenças Sexualmente transmissíveis*, 13 (4), 40-45, Niteroi.
- Schraiber, L. B., & d'Oliveira A. F. L. P. (1999). Violência contra mulheres: Interfaces com a saúde. *Interface (Botucatu)*, 3(5), 11-26.
- Schraiber, L. B., d'Oliveira, A. F. L. P., França-Junior, I., Diniz, S., Portella, A. P., Ludermir, A. B., ... Couto, M. T. (2007). Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 41 (5). Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0034-89102007000500014>
- Scarpatti, A. S., Guerra, V. M., & Bonfim-Duarte, C.N. (2014). Adaptação da escala de aceitação dos mitos de estupro: Evidências de validade. *Avaliação Psicológica*, 13(1), 57-65.
- Scarpatti, A. S. (2018). *The role of culture and morality on men's acceptance of sexual aggression myths and perpetration of rape in Brazil and the United Kingdom* (Doctor of Philosophy PhD thesis). University of Kent, United Kingdom, Inglaterra.
- Scarpatti, A. S., & Koller, S. H. (2020). Atendimento a vítimas de violência sexual: Revisão da literatura acerca do treinamento de policiais. *Psico*, 51(1), 32435. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2020.1.32435>

- Scarpati, A. S., & Pina, A. (2017). On national and cultural boundaries: A cross-cultural approach to sexual violence perpetration in Brazil and the United Kingdom. *Journal of Sexual Aggression*, 1-16.
- Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Pragmáticas Estratégicas (2011). *Aspectos jurídicos do atendimento às vítimas de violência sexual: Perguntas e respostas para profissionais de saúde* (2a ed.). Brasília: Editora do Ministério da Saúde.
- Secretaria Especial de Política para as Mulheres. (2005). *Violência sexual no Brasil: Perspectivas e desafios*. Brasília: Souza, C. M., & Adesse L.
- Secretaria de Políticas para as Mulheres (2011). *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: Presidência da República.
- Secretaria de Vigilância à Saúde (2019). *Sistema de Informação de Agravos de Notificação-Sinan Normas e Rotinas*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Silva, F. L. (2020). Escala de Machismo Sexual: Evidências psicométricas em contexto brasileiro. *Avaliação Psicológica*, 19(4), 420-429. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2020.1904.15892.08>.
- Silva, F. L., Moizéis, H. B. C., Loureto, G. D. L., Rezende, A. T., & Gouveia, V. V. (2021). Escala de Percepção de Causas do Estupro (EPCE): Adaptação ao contexto brasileiro. *Psico*, 52(2), 36079. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2021.2.36079>.
- Slotter, E. B., Finkel, E. J., DeWall, C. N., Pond, R. S., Jr. Lambert, N. M., Bodenhausen, G. V., & Fincham, F. D. (2012). Putting the brakes on aggression toward a romantic partner: The inhibitory influence of relationship commitment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 102(2), 291–305. <https://doi.org/10.1037/a0024915>
- Soares, L. (2014, junho, 13). Alunas denunciam estupro em festas da Faculdade de Medicina da USP. *Folha de São Paulo*, São Paulo. Recuperado de <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1546868-alunas-denunciam-estupros-em-festas-da-faculdade-de-medicina-da-usp.shtml?cmpid=%22facefolha%22>
- Souza, C. M. & Adesse, L. (2005) *Violência sexual no Brasil: Perspectivas e desafios*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Sousa, L. M. (2016). *Slut shaming e porn revenge: Vivências de mulheres jovens e as repercussões para a saúde mental* [Dissertação Apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia Social]. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.
- Tavares, S. M. (2021). *O efeito da crença no mundo justo, da vitimização secundária e do sexismo societal no apoio a violência contra a mulher* (Dissertação de Pós-Graduação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.
- Truman. J.L., & Rand, M. R. (2010). Criminal Victimization. The Bureau of Justice Statistics is the statistical agency of the U.S. *Department of Justice*. Recuperado de

https://biblioteca.cejamericas.org/bitstream/handle/2015/1668/Criminal_victimization_2009.pdf?sequence=1&isAllowed=y

- Vandello, J. A., & Cohen, D. (2003). Male honor and female fidelity: Implicit cultural scripts that perpetrate domestic violence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84, 997-1010.
- Warburton, W., & Anderson, C. (2015). On the clinical applications of the general aggression model to understanding domestic violence. In R. A. Javier & W. G. Herron (Eds.), *Understanding domestic violence: Theories, challenges, remedies*, (pp. 1-56). Lanham, ME: Rowman & Littlefield Publishers.
- Ward, C. (1988). The attitudes toward rape victim's scale. *Psychology of Women Quarterly*, 12(2), 127-146. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1988.tb00932.x>
- Winzer, L. (2016). Agressão sexual entre jovens universitários: Questão de saúde pública? *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 26(2), 393-398. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0103-73312016000200003>
- World Health Organization (1980). *Psychological factors affecting health assessment, classification and utilization workshop*. Geneva. Report of the World Health Organization on the conference at Bellagio, Italy.
- World Health Organization (1997). *Violence against women: A priority health issue*. Geneva. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400846676003>
- World Health Organization (2016). *Global plan of action to strengthen the role of the health system within a national multisectoral response to address interpersonal violence, in particular against women and girls, and against children*.
- World Trade Organization, & World Health Organization. (2021) *World Trade Organization agreements & Public Health: A joint study by the W H O and the W T O Secretariat*.

Anexos



Universidade Federal da Paraíba

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Programa de Pós Graduação em Psicologia Social

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a),

Esta pesquisa é em Psicologia Social, está sendo desenvolvida por Lívia Laenny Vieira Pereira de Medeiros, Mestranda no Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo Pimentel.

Os objetivos do geral desse estudo é compreender como a aceitação das crenças acerca da violência sexual atua no comportamento agressivo.

A participação desta pesquisa poderá causar fadiga, desgaste mental, desconforto com alguma pergunta, o que não o impede de desistir da pesquisa a qualquer momento em que o senhor(a) sentir esse desconforto. Mas, também possui ganhos acadêmicos e social, acadêmico por preencher uma lacuna teórica que é entender o processo da aceitação da violência sexual; e de cunho social que poderá ser mais uma ferramenta para fomentar políticas públicas.

Solicitamos a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece nenhum desconforto ou risco físico e biopsicossocial para os respondentes, nem trata nenhum custo. A presente pesquisa está de acordo com a resolução 510/16 do Conselho Nacional de saúde e não oferece risco a sua integridade física, psíquica e moral.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (*se for o caso*).

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento por e-mail.

Assinatura digital ou e-mail pessoal do participante

Contato do(a) Pesquisador(a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o(a) pesquisador(a) Lívia Laenny Vieira Pereira de Medeiros, Orientanda, pelo Prof. Dr. Carlos Eduardo Pimentel.

Endereço (Setor de Trabalho): Departamento de Psicologia/CCHLA/UFPB

Telefone: (83) 9 8734-8921 Para contatar Lívia L.V.P de Medeiros, (83) 9 8797-2085 para contactar Carlos Eduardo Pimentel. Ou Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB. (83) 3216-7791 – E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS)

INSTRUÇÕES. Por favor, indique até que ponto você concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações sobre o seu estado atual de humor. Para tal, use a escala de classificação de 5 pontos abaixo. Escreva o número correspondente à sua classificação na linha em branco na frente de cada afirmação.

	Discordo Totalmente	Discordo em parte	Nem concordo, nem discordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
	1	2	3	4	5
01.Os agressores são, quase sempre, desconhecidos da vítima					
02.Se uma mulher já tiver mantido relações sexuais com o (a) outra, então não se pode falar em violência sexual.					
03.Só são vítimas de violência sexual as pessoas indecentes.					
04.Só as pessoas que não conseguem arranjar parceiros(as) é que cometem violência sexual					
05.As pessoas afirmam que foram vítimas de violência sexual quando querem se vingar de alguém.					
06.Forçar o parceira(o) a ter relações sexuais					

não é violência sexual					
7.Há pessoas que merecem ser violentadas sexualmente.					
08. Há um certo ponto que nenhum homem ou mulher é de ferro.					
09. Se não tiver violência física, não se pode dizer que o ato sexual foi forçado.					
10. Quando as mulheres dizem não (ao sexo), muitas vezes, querem dizer sim.					
11.Se uma pessoa provoca sexualmente a outra, não se pode depois acusar que foi violentada.					
12.A maioria das acusações de violência sexual é falsa ou exagerada.					
13.Se uma pessoa se expõe (por exemplo, saindo à noite sozinha ou frequentando locais com má reputação), é sua culpa se for vítima de uma violência sexual.					
14.Muitas					

acusações são inventadas quando as(os) parceiras (os) expressam o desejo de termina a relação.					
15. Os agressores sexuais, na sua maioria, são pessoas com aparências diferentes das outras pessoas.					
16. Se uma pessoa não agredir fisicamente nem magoar, então a agressão sexual não é grave.					
17. Algumas pessoas têm prazer sexual quando são violentadas.					
18. Algumas pessoas têm o desejo secreto de ser violentadas e gostariam que tal ato acontecesse.					
19. Existem mulheres que gostam que os homens usem um pouco de força física para as convencer a ter sexo.					
20. Muitas queixas de violação são					

inventadas quando as pessoas se arrependem de terem feito sexo.					
21. Se uma pessoa que sofreu violência sexual tiver comportamento indecente então, a violência sexual não é grave.					
22. Forçar o namorado(a) a ter relações sexuais não é violência sexual.					
23. a denúncia de violência sexual realizada dias após o ato cometido, provavelmente, não é verdadeira.					
24. Se uma pessoa pressionar a outra para ter relações sexuais é uma forma de expressão do amor e envolvimento.					
25. Se uma pessoa não resistir fisicamente, então, não se pode dizer que foi vítima de violência sexual.					
26. “Quem anda na chuva é para se molhar”, quem não deseja ser violentada					

sexualmente deve evitar se expor ao risco.					
27. Se uma pessoa é violada quando se está alcoolizada e/ou sob efeito de outras drogas, então, parte da culpa é dela.					
28. Se uma pessoa aceita alguma carícia ou beijos, então ela aceita ter relações sexuais com essa pessoa.					
29. Se uma pessoa não quiser mesmo ser violentada, ela consegue se defender.					
30. Se uma pessoa não é mais virgem, a violência sexual é menos grave.					

ESCALA DE MITOS DO ESTUPRO

INSTRUÇÕES. Por favor, indique até que ponto você concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações sobre o seu estado atual de humor. Para tal, use a escala de classificação de 5 pontos abaixo. Escreva o número correspondente à sua classificação na linha em branco na frente de cada afirmação.

	Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem discordo nem concordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
	1	2	3	4	5
01.Se uma mulher bêbada for estuprada, ela tem uma parcela de culpa.					
02.Homens estupram devido ao seu forte desejo por sexo.					
03.Mulheres flagradas tendo um caso proibido alegam serem vítimas de estupros					
04.Muitas mulheres têm o desejo secreto de serem estupradas.					
05.Estupros ocorrem geralmente na parte “ruim” da cidade. Mulheres que ficam em bares e saem com muitos caras é que são estupradas.					

06.Mulheres que ficam em bares e saem com muitos caras é que são estupradas.					
07.Estupro não é um problema tão grande quanto as feministas dizem.					
08. Mulheres usando roupas curtas ou decotadas estão procurando problemas.					
09.Acusações de estupro são frequentemente usadas como vingança.					
10.Só há estupro se existirem hematomas ou marcas.					
11.Muitas mulheres acham que serem forçadas a fazerem sexo é excitante.					
12.Mulher que vai para casa com homem desconhecido tem culpa se for estuprada					
13.Mulheres que se vestem de forma atrevida é que são estupradas.					

14. Mulheres preferem ser forçadas ao sexo para não se sentirem culpadas.					
15. Mulher que se insinua sexualmente vai arranjar problemas.					
16. O estupro dificilmente ocorrerá em uma área nobre da cidade.					
17. Mulheres normalmente tendem a exagerar o quanto o estupro as afeta.					
18. Quando o homem está muito excitado sexualmente, ele pode nem perceber que tal mulher está resistindo.					
19. Mulheres fingem estar interessadas e depois alegam terem sido estupradas					
20. Mulher que provoca os homens merecem qualquer coisa.					
21. Homens não tem a intenção de forçar a mulher ao sexo.					

22.Estupro acontece quando o homem perde o controle dos seus instintos					
23.Mulher que vai à casa de desconhecido no primeiro encontro quer sexo.					
24.Mulheres gostam do sexo quando o homem usa a força.					
25. É preciso de hematomas para que a mulher seja levada a sério.					

Buss-Perry Aggression Questionnaire short version (AQ-S)

	1	2	3	4	5
	Não é uma característica minha	Pouca característica minha	Discordo	Muita característica minha	Extremamente característica minha
01.Existem pessoas que me enfrentam e chegamos às vias de fato.					
02.Não posso deixar de entrar em discussões quando as pessoas não concordam comigo.					
03.Meus amigos dizem que sou um tanto argumentativo					
04.Fico irritado rapidamente, mais também supero isso rapidamente.					
05.Muitas vezes eu discordo das pessoas.					
06. Eu me pergunto porque às vezes me sinto tão amargo sobre certas coisas.					
07. As outras pessoas sempre parecem levar vantagem					

sobre mim.					
08. Às vezes eu perco a razão sem nenhum motivo.					
09. Se eu for provocado o suficiente, posso bater em outra pessoa.					
10. Algumas vezes eu sinto que sou tratado injustamente na vida.					
11. Tenho dificuldades em controlar meu temperamento.					
12. Eu já ameacei pessoas que conheço.					

INVENTÁRIO DE PERSONALIDADE DE DEZ ITENS (TIPI, Gosling, Rentfrow & Swan, 2003)

Você deve avaliar em quem medida o par de traços se aplica a você, ainda que alguns se apliquem mais

Discordo forte- mente	Discordo modera- damente	Discordo um pouco	Nem concordo, nem discordo	Concordo um pouco	Concordo Modera- damente	Concordo forte- mente
1	2	3	4	5	6	7

Eu me vejo como alguém...

1. ____ Extrovertido, entusiasta.
2. ____ Crítico, briguento.
3. ____ Confiável, autodisciplinado.
4. ____ Ansioso, que se chateia facilmente.
5. ____ Aberto a novas experiências, complexo.
6. ____ Reservado, quieto.
7. ____ Simpático, acolhedor.
8. ____ Desorganizado, descuidado.
9. ____ Calmo, emocionalmente estável.
10. ____ Convencional, sem criatividade.